

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	9
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	15
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	18
DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	23

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	70
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	168.820
Preferenciais	337.417
<b>Total</b>	<b>506.237</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	211
Preferenciais	185
<b>Total</b>	<b>396</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária	18/03/2011	Dividendo	20/05/2011	Preferencial		2,91388
Assembléia Geral Ordinária	18/03/2011	Dividendo	20/05/2011	Ordinária		2,64899
Assembléia Geral Ordinária	14/12/2010	Juros sobre Capital Próprio	20/05/2011	Ordinária		0,37437
Assembléia Geral Ordinária	14/12/2010	Juros sobre Capital Próprio	20/05/2011	Preferencial		0,41181
Assembléia Geral Ordinária	18/03/2011	Dividendo		Ordinária		0,49076
Assembléia Geral Ordinária	18/03/2011	Dividendo		Preferencial		0,53984

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	20.331.399	19.600.980
1.01	Ativo Circulante	5.139.245	4.374.823
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.853.617	1.089.089
1.01.01.01	Caixa e contas bancárias	4.766	4.257
1.01.01.02	Aplicações financeiras	1.848.851	1.084.832
1.01.03	Contas a Receber	2.411.959	2.356.013
1.01.03.01	Clientes	2.411.959	2.356.013
1.01.04	Estoques	40.100	35.102
1.01.06	Tributos a Recuperar	482.202	480.691
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	482.202	480.691
1.01.07	Despesas Antecipadas	66.479	40.623
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	284.888	373.305
1.01.08.03	Outros	284.888	373.305
1.01.08.03.01	Créditos com pessoas ligadas	172.048	208.696
1.01.08.03.02	Operações com derivativos	239	166
1.01.08.03.03	Outros Ativos	112.601	164.443
1.02	Ativo Não Circulante	15.192.154	15.226.157
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.815.431	2.652.836
1.02.01.06	Tributos Diferidos	472.122	501.354
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	472.122	501.354
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	22.012	24.647
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	36.569	33.847
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	36.569	33.847
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.284.728	2.092.988
1.02.01.09.03	Tributos a recuperar	327.084	320.720
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	1.763.956	1.696.417
1.02.01.09.05	Outros ativos não-circulantes	79.688	75.851
1.02.01.09.06	Aplicações capitalizáveis	114.000	0
1.02.02	Investimentos	2.329.695	2.370.573
1.02.02.01	Participações Societárias	2.329.695	2.370.573
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	58.752	57.990
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.027.791	1.079.128
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	132.738	129.154
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.110.414	1.104.301
1.02.03	Imobilizado	9.349.664	9.575.959
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.729.215	8.873.374
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	620.449	702.585
1.02.04	Intangível	697.364	626.789
1.02.04.01	Intangíveis	697.364	626.789
1.02.04.01.02	Carteira de Clientes	12.698	14.512
1.02.04.01.03	Software	681.555	607.788
1.02.04.01.04	Outros intangíveis	3.111	4.489

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	20.331.399	19.600.980
2.01	Passivo Circulante	7.509.045	5.390.640
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	240.315	299.877
2.01.01.01	Obrigações Sociais	110.662	97.752
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	129.653	202.125
2.01.02	Fornecedores	2.275.689	2.494.357
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.275.395	2.494.166
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	294	191
2.01.03	Obrigações Fiscais	939.474	929.829
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	341.997	309.133
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	20.589	0
2.01.03.01.02	FUST E FUNTTEL	241.588	229.563
2.01.03.01.03	Pis e Cofins	72.525	72.414
2.01.03.01.04	Outros	7.295	7.156
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	593.479	613.244
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	3.998	7.452
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.098.820	420.412
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.098.820	420.412
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	414.740	415.157
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	684.080	5.255
2.01.05	Outras Obrigações	2.706.808	1.005.952
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	110.073	117.615
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	110.073	117.615
2.01.05.02	Outros	2.596.735	888.337
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.144.991	450.897
2.01.05.02.04	Operações com derivativos	29.129	9.502
2.01.05.02.05	Outras obrigações	422.615	427.938
2.01.06	Provisões	247.939	240.213
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	247.939	240.213
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	38.642	38.642
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	209.297	201.571
2.02	Passivo Não Circulante	2.424.467	2.543.226
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.300.661	1.405.314
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.300.661	1.405.314
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.291.319	1.393.265
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	9.342	12.049
2.02.02	Outras Obrigações	266.631	274.827
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	12.762	17.140
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	12.762	17.140
2.02.02.02	Outros	253.869	257.687
2.02.02.02.03	Operações com derivativos	15.336	18.542
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições	26.336	26.786
2.02.02.02.05	Outras Obrigações	212.197	212.359
2.02.04	Provisões	857.175	863.085
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	857.175	863.085
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	89.973	92.924

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	327.648	326.587
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	223.735	219.000
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	215.819	224.574
2.03	Patrimônio Líquido	10.397.887	11.667.114
2.03.01	Capital Social Realizado	6.575.480	6.575.480
2.03.02	Reservas de Capital	2.733.562	2.733.562
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.751.281	2.751.281
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-17.719	-17.719
2.03.04	Reservas de Lucros	659.556	2.353.655
2.03.04.01	Reserva Legal	659.556	659.556
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	1.694.099
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	418.337	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	10.952	4.417

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.680.904	3.600.932
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.170.133	-1.953.033
3.03	Resultado Bruto	1.510.771	1.647.899
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-841.539	-810.146
3.04.01	Despesas com Vendas	-612.132	-587.023
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-224.851	-150.049
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	118.919	76.353
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-73.864	-110.660
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-49.611	-38.767
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	669.232	837.753
3.06	Resultado Financeiro	2.660	-48.263
3.06.01	Receitas Financeiras	96.382	85.330
3.06.02	Despesas Financeiras	-93.722	-133.593
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	671.892	789.490
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-253.555	-304.488
3.08.01	Corrente	-253.555	-304.488
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	418.337	485.002
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	418.337	485.002
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,77530	0,89890
3.99.01.02	PN	0,85290	0,98880
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,77530	0,89890
3.99.02.02	PN	0,85290	0,98880

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	418.337	485.002
4.02	Outros Resultados Abrangentes	6.535	-35.798
4.02.01	Ganhos (perdas) não realizados em investimentos disp. para venda	6.473	-23.711
4.02.02	Impostos sobre ganhos (perdas) não realizados em investimenstos disp. para venda	-2.201	8.062
4.02.03	Ganhos (perdas) atuariais não realizados e efeito da limitação de ativos de planos superávitaros	0	-26.665
4.02.04	Impostos sobre (perdas) atuariais não realizados e efetito da limitação de ativos dos planos super.	0	9.066
4.02.05	Ajustes acumulados de conversão de operações e moeda estrangeira	2.263	-2.550
4.03	Resultado Abrangente do Período	424.872	449.204

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	885.500	943.889
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.269.159	1.396.563
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos	671.892	789.490
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	475.654	398.045
6.01.01.03	Variações cambiais de empréstimos	-16.551	670
6.01.01.04	Variações monetárias de depósitos e contingências	-13.261	11.416
6.01.01.05	Resultado de equivalencia patrimonial	49.611	38.767
6.01.01.06	(Lucro)/Prejuízo na baixa de bens	-9.048	8.098
6.01.01.08	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	73.834	86.603
6.01.01.09	Pensão de outros benefícios pós-emprego	-2.547	-16.156
6.01.01.10	Provisões Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	2.320	-852
6.01.01.11	Despesas de Juros	40.708	77.665
6.01.01.12	Outros	-3.453	2.817
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-383.659	-452.674
6.01.02.01	Contas a receber de clientes líquidos	-129.780	84.827
6.01.02.02	Outros ativos circulantes	49.689	-162.376
6.01.02.03	Outros ativos não circulantes	-150.707	-74.477
6.01.02.04	Pessoal, encargos e benefícios	-59.562	-4.071
6.01.02.05	Contas a pagar e despesas provisionadas	162.581	-106.368
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições	-11.395	775
6.01.02.07	Outros passivos circulantes	10.148	52.696
6.01.02.08	Outros passivos não circulantes	-7.746	5.503
6.01.02.09	Juros pagos	-40.956	-77.955
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social pagos	-205.931	-171.228
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-711.589	-529.399
6.02.01	Aumento de capital de coligadas e subsidiárias	0	-5.794
6.02.02	Aquisições de imobilizado e intangível líquido de doações	-733.072	-525.404
6.02.03	Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	21.483	1.799
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	590.617	38.718
6.03.01	Amortização de empréstimos	-104.464	-2.799
6.03.02	Captações de empréstimos	698.470	44.646
6.03.03	Pagamento líquidos dos contratos de derivativos	-3.384	-3.120
6.03.04	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-5	-9
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	764.528	453.208
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.089.089	1.997.713
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.853.617	2.450.921

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	6.575.480	2.733.562	659.556	1.694.099	4.417	11.667.114
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.575.480	2.733.562	659.556	1.694.099	4.417	11.667.114
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.694.099	0	-1.694.099
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.694.099	0	-1.694.099
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	418.337	6.535	424.872
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	418.337	0	418.337
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.535	6.535
5.07	Saldos Finais	6.575.480	2.733.562	659.556	418.337	10.952	10.397.887

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	6.575.480	2.733.562	659.556	1.242.887	88.817	11.300.302
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.575.480	2.733.562	659.556	1.242.887	88.817	11.300.302
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	467.403	-17.899	449.504
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	485.002	0	485.002
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-17.599	-17.899	-35.498
5.07	Saldos Finais	6.575.480	2.733.562	659.556	1.710.290	70.918	11.749.806

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
7.01	Receitas	5.090.279	4.931.503
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.045.374	4.918.827
7.01.02	Outras Receitas	118.739	99.279
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-73.834	-86.603
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.222.033	-1.955.358
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.527.628	-1.367.884
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-653.462	-518.097
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-12.435	-13.221
7.02.04	Outros	-28.508	-56.156
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.868.246	2.976.145
7.04	Retenções	-475.654	-398.045
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-475.654	-398.045
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.392.592	2.578.100
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	46.771	46.563
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-49.611	-38.767
7.06.02	Receitas Financeiras	96.382	85.330
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.439.363	2.624.663
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.439.363	2.624.663
7.08.01	Pessoal	185.706	154.322
7.08.01.01	Remuneração Direta	132.205	131.569
7.08.01.02	Benefícios	37.649	7.207
7.08.01.03	F.G.T.S.	10.848	9.460
7.08.01.04	Outros	5.004	6.086
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.601.591	1.706.272
7.08.02.01	Federais	536.294	603.646
7.08.02.02	Estaduais	1.054.196	1.090.775
7.08.02.03	Municipais	11.101	11.851
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	196.377	228.769
7.08.03.01	Juros	43.484	115.361
7.08.03.02	Aluguéis	103.185	95.488
7.08.03.03	Outras	49.708	17.920
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	418.337	485.002
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	418.337	485.002
7.08.05	Outros	37.352	50.298

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	20.556.491	19.966.294
1.01	Ativo Circulante	5.854.017	5.147.449
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.269.814	1.556.715
1.01.01.01	Caixa e contas bancárias	7.441	8.930
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	2.262.373	1.547.785
1.01.03	Contas a Receber	2.578.602	2.546.225
1.01.03.01	Clientes	2.578.602	2.546.225
1.01.04	Estoques	98.229	77.499
1.01.06	Tributos a Recuperar	666.590	659.357
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	666.590	659.357
1.01.07	Despesas Antecipadas	68.658	41.372
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	172.124	266.281
1.01.08.03	Outros	172.124	266.281
1.01.08.03.01	Créditos com pessoas ligadas	51.018	95.452
1.01.08.03.02	Operações com derivativos	239	166
1.01.08.03.03	Outros ativos	120.867	170.663
1.02	Ativo Não Circulante	14.702.474	14.818.845
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.841.372	2.786.837
1.02.01.03	Contas a Receber	75.295	67.343
1.02.01.03.01	Clientes	75.295	67.343
1.02.01.06	Tributos Diferidos	474.178	503.679
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	474.178	503.679
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	22.012	24.647
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	19.976	16.943
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	19.976	16.943
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.249.911	2.174.225
1.02.01.09.03	Tributos a recuperar	332.410	326.677
1.02.01.09.04	Depósitos judiciais	1.779.043	1.710.683
1.02.01.09.05	Outros ativos não circulantes	138.458	136.865
1.02.02	Investimentos	108.138	100.837
1.02.02.01	Participações Societárias	108.138	100.837
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	58.752	57.990
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	49.386	42.847
1.02.03	Imobilizado	9.950.266	10.200.697
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.212.552	9.393.228
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	737.714	807.469
1.02.04	Intangível	1.802.698	1.730.474
1.02.04.01	Intangíveis	737.906	665.682
1.02.04.01.02	Carteira de clientes	12.698	14.512
1.02.04.01.03	Software	715.563	638.975
1.02.04.01.04	Outros intangíveis	9.645	12.195
1.02.04.02	Goodwill	1.064.792	1.064.792

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	20.556.491	19.966.294
2.01	Passivo Circulante	7.697.981	5.719.846
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	245.303	307.245
2.01.01.01	Obrigações Sociais	113.897	101.021
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	131.406	206.224
2.01.02	Fornecedores	2.426.885	2.780.672
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	2.424.141	2.777.722
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	2.744	2.950
2.01.03	Obrigações Fiscais	985.019	972.123
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	364.775	328.294
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	25.799	1.329
2.01.03.01.02	FUST e FUNTTEL	250.459	237.791
2.01.03.01.03	PIS e COFINS	80.769	81.722
2.01.03.01.04	Outros	7.748	7.452
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	614.622	635.358
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5.622	8.471
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.098.820	420.412
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.098.820	420.412
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.093.771	415.157
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	5.049	5.255
2.01.05	Outras Obrigações	2.694.015	999.181
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	113.086	120.981
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	113.086	120.981
2.01.05.02	Outros	2.580.929	878.200
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.144.991	450.897
2.01.05.02.04	Operações com derivativos	29.129	9.502
2.01.05.02.05	Outras obrigações	406.809	417.801
2.01.06	Provisões	247.939	240.213
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	247.939	240.213
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	38.642	38.642
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	209.297	201.571
2.02	Passivo Não Circulante	2.460.623	2.579.334
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.300.661	1.405.314
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.300.661	1.405.314
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.291.319	1.393.265
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	9.342	12.049
2.02.02	Outras Obrigações	279.646	289.164
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.355	10.738
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	6.355	10.738
2.02.02.02	Outros	273.291	278.426
2.02.02.02.03	Operações com derivativos	15.336	18.542
2.02.02.02.04	Impostos, taxas e contribuições	37.263	38.707
2.02.02.02.05	Outras obrigações	220.692	221.177
2.02.04	Provisões	880.316	884.856
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	880.316	884.856
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	90.347	93.519

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 31/03/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	328.878	327.749
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	223.735	219.000
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	237.356	244.588
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	10.397.887	11.667.114
2.03.01	Capital Social Realizado	6.575.480	6.575.480
2.03.02	Reservas de Capital	2.733.562	2.733.562
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	2.751.281	2.751.281
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-17.719	-17.719
2.03.04	Reservas de Lucros	659.556	2.353.655
2.03.04.01	Reserva Legal	659.556	659.556
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	1.694.099
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	418.337	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	10.952	4.417

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.965.953	3.893.728
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.393.765	-2.166.066
3.03	Resultado Bruto	1.572.188	1.727.662
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-922.112	-896.486
3.04.01	Despesas com Vendas	-646.241	-643.852
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-298.333	-204.266
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	118.101	77.514
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-96.401	-130.391
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	762	4.509
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	650.076	831.176
3.06	Resultado Financeiro	27.892	-33.867
3.06.01	Receitas Financeiras	123.483	101.642
3.06.02	Despesas Financeiras	-95.591	-135.509
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	677.968	797.309
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-259.631	-312.307
3.08.01	Corrente	-259.631	-312.307
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	418.337	485.002
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	418.337	485.002
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	418.337	485.002
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,77530	0,89890
3.99.01.02	PN	0,85290	0,98880
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,77530	0,89890
3.99.02.02	PN	0,85290	0,98880

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	418.337	485.002
4.02	Outros Resultados Abrangentes	6.535	-35.798
4.02.01	Ganhos (perdas) não realizados em investimentos disp. para venda	6.473	-23.711
4.02.02	Impostos sobre ganhos (perdas) não realizados em investimenstos disp. para venda	-2.201	8.062
4.02.03	Ganhos (perdas) atuariais não realizados e efeito da limitação de ativos de planos superávitaros	0	-26.665
4.02.04	Impostos sobre (perdas) atuariais não realizados e efetito da limitação de ativos dos planos super.	0	9.066
4.02.05	Ajustes acumulados de conversão de operações e moeda estrangeira	2.263	-2.550
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	424.872	449.204
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	424.872	449.204

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	823.535	1.016.377
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.302.713	1.440.357
6.01.01.01	Lucro antes dos impostos	677.968	797.309
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	538.509	444.372
6.01.01.03	Variações cambiais de empréstimos	-16.551	670
6.01.01.04	Variações monetária de depósitos e contingências	-12.792	11.642
6.01.01.05	Resultado de equivalencia patrimonial	-762	-4.509
6.01.01.06	(Lucro)/Prejuízo na baixa de bens	-8.620	10.160
6.01.01.07	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	84.962	114.742
6.01.01.08	Pensão de outros benefícios pós-emprego	-2.567	-16.333
6.01.01.09	Provisões Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	3.115	913
6.01.01.10	Despesa de Juros	40.708	77.665
6.01.01.11	Outros	-1.257	3.726
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-479.178	-423.980
6.01.02.01	Contas a receber de clientes líquidos	-125.291	99.873
6.01.02.02	Outros ativos circulantes	31.732	-63.031
6.01.02.03	Outros ativos não circulantes	-35.470	-75.767
6.01.02.04	Pessoal, encargos e benefícios	-61.942	14.091
6.01.02.05	Contas a pagar e despesas provisionadas	-23.869	-126.542
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições	-11.574	-36.110
6.01.02.07	Outros passivos circulantes	4.123	14.474
6.01.02.08	Outros passivos não circulantes	-8.074	5.310
6.01.02.09	Juros pagos	-40.956	-77.955
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social pagos	-207.857	-178.323
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-701.053	-553.919
6.02.02	Aquisições de imobilizado e intangível líquido de doações	-722.536	-556.569
6.02.03	Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	21.483	2.650
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	590.617	38.718
6.03.01	Amortização de empréstimos	-104.464	-2.799
6.03.02	Captações de empréstimos	698.470	44.646
6.03.03	Pagamento líquido dos contratos de derivativos	-3.384	-3.120
6.03.04	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-5	-9
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	713.099	501.176
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.556.715	2.277.016
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.269.814	2.778.192

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.575.480	2.733.562	659.556	1.694.099	4.417	11.667.114	0	11.667.114
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.575.480	2.733.562	659.556	1.694.099	4.417	11.667.114	0	11.667.114
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-1.694.099	0	-1.694.099	0	-1.694.099
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.694.099	0	-1.694.099	0	-1.694.099
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	418.337	6.535	424.872	0	424.872
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	418.337	0	418.337	0	418.337
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	6.535	6.535	0	6.535
5.07	Saldos Finais	6.575.480	2.733.562	659.556	418.337	10.952	10.397.887	0	10.397.887

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/03/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	6.575.480	2.733.562	659.556	1.242.887	88.817	11.300.302	0	11.300.302
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.575.480	2.733.562	659.556	1.242.887	88.817	11.300.302	0	11.300.302
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	467.403	-17.899	449.504	0	449.504
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	485.002	0	485.002	0	485.002
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-17.599	-17.899	-35.498	0	-35.498
5.07	Saldos Finais	6.575.480	2.733.562	659.556	1.710.290	70.918	11.749.806	0	11.749.806

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2011 à 31/03/2011	Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	5.421.912	5.255.881
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.388.953	5.264.981
7.01.02	Outras Receitas	117.921	105.642
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-84.962	-114.742
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.444.648	-2.167.730
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.632.077	-1.467.028
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-766.555	-618.700
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-12.863	-18.163
7.02.04	Outros	-33.153	-63.839
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.977.264	3.088.151
7.04	Retenções	-538.509	-444.372
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-538.509	-444.372
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.438.755	2.643.779
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	124.245	106.151
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	762	4.509
7.06.02	Receitas Financeiras	123.483	101.642
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.563.000	2.749.930
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.563.000	2.749.930
7.08.01	Pessoal	191.532	163.917
7.08.01.01	Remuneração Direta	136.695	139.099
7.08.01.02	Benefícios	38.339	8.280
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.232	9.999
7.08.01.04	Outros	5.266	6.539
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.635.415	1.744.441
7.08.02.01	Federais	563.082	627.962
7.08.02.02	Estaduais	1.054.204	1.093.118
7.08.02.03	Municipais	18.129	23.361
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	279.263	304.572
7.08.03.01	Juros	44.196	115.486
7.08.03.02	Aluguéis	184.288	169.478
7.08.03.03	Outras	50.779	19.608
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	418.337	485.002
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	418.337	485.002
7.08.05	Outros	38.453	51.998

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

**Telecomunicações de São Paulo S.A. - Telesp**  
**Comentário do Desempenho Consolidado**  
**Valores em milhões de reais**  
**Março de 2011**

	Mar/11	Mar/10	Variação	
			%	R\$
Receita Operacional Líquida	3.966,0	3.893,7	1,9	72,3
Gastos Operacionais (a)	(2.777,4)	(2.618,2)	6,1	159, 2
Resultado Financeiro Líquido	27,9	(33,9)	n.a	61,8
Lucro Líquido do Período	418,3	485,0	(13,7)	(66,7)

(a) Compreendem os saldos das notas 21 e 22, mais resultado de equivalência patrimonial (nota 10), menos o saldo de depreciação e amortização do período.

1. Receita Operacional Líquida: no acumulado até março de 2011 foi de R\$3.966,0 milhões que, comparada aos R\$3.893,7 milhões no mesmo período do ano anterior, apresentou um aumento de R\$72,2 milhões ou 1,9%. Os principais aumentos foram nas receitas de transmissão de dados, além do crescimento da receita de telefonia de longa distância nacional, explicadas pelo maior tráfego de origem móvel com utilização do "15" (código de seleção de prestadora). Tais efeitos foram compensados pela redução das receitas de serviço local, devido principalmente à redução de linhas em serviço.
2. Gastos Operacionais: apresentaram um aumento de R\$159,2 ou 6,1%. As principais variações foram em: a) gastos com pessoal decorrente do crescimento do quadro de funcionários; b) serviços de terceiros, destacando o atendimento a clientes e manutenções da rede frente aos danos causados pelo intenso nível de chuvas em todo Estado de São Paulo no período e c) interconexão e uso de rede. Esse aumento foi compensado pela redução das despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa explicado pela melhora no perfil da base de clientes através da forte atuação da Companhia em suas práticas de política comercial e cobrança.
3. Resultado Financeiro positivo: melhorou em R\$61,8 milhões principalmente pelo menor endividamento líquido.
4. Resultado Líquido: o acumulado até março de 2011 foi de R\$418,3 milhões, apresentando uma redução de (13,7%) em relação ao mesmo período do ano anterior. Esta variação reflete a redução do resultado operacional e a maior despesa de depreciação, parcialmente compensados pelo melhor resultado financeiro no período.

## 5. Investimentos

Os investimentos em banda larga e novos negócios foram intensificados através da expansão e modernização da nossa rede, da melhoria dos nossos sistemas e dos processos de relacionamento com nossos clientes.

Até 31 de março de 2011, foi investido pela Companhia, o montante consolidado de R\$373,2 milhões.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### 6. Linhas em serviços (\*)

Finalizamos março de 2011 com um total de 11.176.463 linhas em serviço, sendo que destas, 70,0% são clientes residenciais, 24,2% comerciais e o restante refere-se a linhas públicas (\*\*) e linhas de uso próprio.

(\*) Não revisado pelos auditores independentes.

(\*\*) A Companhia mantém uma planta de linhas públicas de 250.728 unidades, para atender a população do Estado de São Paulo e continuar mantendo as determinações do órgão regulador.

### 7. ANATEL

#### 7.1 Metas

As metas de qualidade e universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC estão disponíveis para acompanhamento da Companhia na página eletrônica da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, no endereço [www.anatel.gov.br](http://www.anatel.gov.br).

#### 7.2 Contrato de concessão

O contrato de concessão do STFC foi prorrogado em 22 de dezembro de 2005, por um período de 20 anos, podendo ser alterado em 30 de Junho de 2011, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2020. Esta condição permite a ANATEL estabelecer novos condicionamentos e novas metas para universalização e qualidade tendo em vista as condições vigentes à época.

### 8. Reajustes tarifários de 2010

a) Tarifas Fixo-Fixo – Em 05 de outubro de 2010, por meio dos Atos 6.418 e 6.419, a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel homologou o reajuste das tarifas do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, conforme critérios estabelecidos nos Contratos de Concessão Local e Longa Distância Nacional, com vigência a partir de 08 de outubro de 2010. Os incrementos das tarifas foram de 0,66%.

b) Tarifas Fixo-Móvel – Em 09 de fevereiro de 2010, por meio do Ato 971, a ANATEL homologou reajuste de 0,98% para as chamadas entre telefones fixos e telefones móveis (VC1, VC2 e VC3) em toda a área de concessão da Telesp, setores 31, 32 e 34 da Região III. Na mesma data, foram reajustadas as tarifas de interconexão fixo-móvel (VUM), relativas à VC1, VC2 e VC3 em 0,67%. Os reajustes entraram em vigor a partir do dia 13 de fevereiro de 2010.

### 9. Informações adicionais

Para maiores detalhes do desempenho da Companhia consultar o “Press Release” que se encontra disponível no site [www.telefonica.com.br](http://www.telefonica.com.br).

\*\*\*\*\*

## Notas Explicativas

# Telecomunicações de São Paulo S.A. – TELESP

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Em 31 de março de 2011

(Em milhares de reais)

### 1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

#### a. Do controle acionário

A Telecomunicações de São Paulo S.A. – Telesp, a seguir denominada “Companhia” ou “Telesp”, tem sua sede à Rua Martiniano de Carvalho, 851, na capital do Estado de São Paulo. A Telesp pertence ao Grupo Telefónica, líder no setor de telecomunicações na Espanha e presente em vários países da Europa e América Latina. Em 31 de março de 2011, a Telefónica S.A., empresa holding do Grupo, possuía uma participação total indireta no capital social da Companhia de 87,95%, sendo 85,57% nas ações ordinárias e 89,13% nas ações preferenciais.

Em 27 de abril de 2011 na Assembléia Geral Extraordinária foi aprovada a operação de substituição e incorporação de ações de 100% do capital total da Vivo Participações S.A. conforme mencionado na nota 30.

#### b. Das operações

A Companhia atua principalmente na prestação de serviços de telefonia fixa no Estado de São Paulo através de Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC outorgado pela Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil (nota 1.c adiante). A Companhia também possui, diretamente ou através de suas subsidiárias, autorizações da Anatel para a prestação de outros serviços de telecomunicações, como comunicação de dados para o mercado empresarial, internet em banda larga (prestado sob a marca *Speedy* e *Ajato*) e os serviços de TV por assinatura (i) via satélite em todo país (*Telefonica TV Digital*) e (ii) pela tecnologia MMDS nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre. As autorizações de uso das frequências de 2,5GHz associadas ao serviço de TV por assinatura via MMDS foram prorrogadas em 16 de fevereiro de 2009 com validade até 2024 e aguardam a definição das condições de renovação e pagamento pela Anatel.

A Companhia é registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa. É também registrada na *Securities and Exchange Commission – SEC*, dos EUA, e suas *American Depositary Shares – ADS’s* – nível II, listadas apenas em ações preferenciais, são negociadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE).

#### c. Do Contrato de Concessão do STFC

A Companhia é concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) para a prestação de serviços de telefonia fixa na modalidade local e longa distância nacional para chamadas telefônicas originadas nos setores 31, 32 e 34 da região 3, que compreende o Estado de São Paulo, estabelecidos no Plano Geral de Outorgas (PGO).

O atual contrato de concessão do STFC da Companhia, firmado em 22 de dezembro de 2005, entrou em vigor em 1º de janeiro de 2006, outorgado a título oneroso e tem

## Notas Explicativas

validade até 31 de dezembro de 2025. Este contrato prevê a possibilidade de alterações em 30 de junho de 2011, 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2020. Esta condição permite a Anatel estabelecer novos condicionamentos e novas metas para universalização e qualidade tendo em vista as situações vigentes à época. O Contrato de Concessão prevê que todos os bens pertencentes ao patrimônio da Companhia e que sejam indispensáveis à prestação dos serviços descritos no referido contrato são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos automaticamente para a ANATEL ao término do contrato de concessão de acordo com a regulamentação em vigor. Em 31 de março de 2011, o saldo residual dos bens reversíveis é estimado em R\$6.669.207 (R\$6.925.052 em 31 de dezembro de 2010), composto por equipamentos de comutação, transmissão e terminais de uso público, equipamentos de rede externa, equipamentos de energia e equipamentos de sistemas e suporte à operação.

De acordo com o contrato de concessão, a cada dois anos, durante os vinte anos do contrato, a Companhia deverá pagar uma taxa de renovação equivalente a 2% (dois por cento) da receita do STFC do ano anterior ao pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais incidentes. Em abril de 2011 foi pago o valor de R\$186.852 com base nas receitas de 2010.

### d. Das controladas e subsidiárias integrais

O quadro a seguir apresenta a relação das empresas controladas, diretamente e indiretamente, pela Companhia e o percentual de participação no capital total:

Controladas	Mar/2011	Dez/2010
A.Telecom S.A.	100%	100%
Telefônica Data S.A.	100%	100%
Telefônica Sistema de Televisão S.A.	100%	100%
Aliança Atlântica Holding B.V.	50%	50%
Companhia AIX de Participações	50%	50%
Companhia ACT de Participações	50%	50%
Ajato Telecomunicações Ltda.	100%	100%

## 2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais consolidadas (ITR) encerradas em 31 de março de 2011 são apresentadas pela Companhia de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB e as individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária previstas na Lei nº 6.404/76 com as alterações da Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

O processo de elaboração das informações trimestrais envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e

## Notas Explicativas

subjativos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

As transações envolvendo essas estimativas poderão resultar em valores divergentes quando da sua realização em períodos subsequentes dos registrados nas informações trimestrais devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente.

Na consolidação, todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido entre a Companhia e suas controladas foram eliminados.

A autorização para conclusão da preparação desta ITR ocorreu na reunião de diretoria realizada em 9 de maio de 2011.

O presente ITR foi elaborado segundo os princípios, práticas e critérios contábeis consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações contábeis do último exercício social, além dos novos pronunciamentos, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º/01/2011, descritos a seguir:

- IAS 24 *Transações com Partes Relacionadas* (alteração)

O IASB emitiu uma alteração ao IAS 24 que esclarece as definições de partes relacionadas. As novas definições enfatizam a visão simétrica das relações com partes relacionadas, assim como esclarecem em quais circunstâncias pessoas e pessoal-chave da administração afetam as relações com partes relacionadas de uma entidade. Também, introduz uma isenção de exigência de divulgação de transações com o governo e entidades que são controladas, controladas em conjunto ou significativamente influenciadas pelo mesmo governo na condição de entidade de reporte. A adoção desta alteração não apresentou qualquer impacto na situação financeira ou resultados da Companhia.

- IAS 32 *Instrumentos Financeiros: Apresentação* (alteração)

Esta alteração modifica a definição de passivo financeiro no IAS 32 para permitir que emissões de direitos e certas opções ou warrants sejam classificadas como instrumentos patrimoniais. Esta alteração é aplicável caso os direitos sejam dados pró rata a todos os detentores existentes de instrumentos patrimoniais não derivativos de mesma classe, para adquirir uma quantidade fixa de instrumentos patrimoniais da entidade por um valor fixo em qualquer moeda. Esta alteração não apresentou qualquer impacto na situação financeira ou resultados da Companhia.

- IFRIC 14 – *Limite de Ativos em Planos de Benefícios Definidos, Exigências de Financiamento Mínimo*

A alteração remove uma consequência não intencional quando uma entidade é sujeita às exigências de financiamento mínimo (MFR) e efetuam pagamentos de contribuições antecipadas para atender tais exigências. A alteração permite o pagamento antecipado dos custos dos serviços futuros pela entidade a serem reconhecidos como ativos de pensão. A Companhia não está sujeita às exigências de financiamento mínimo. Portanto, a modificação da interpretação não apresentou qualquer impacto na situação financeira ou resultados da Companhia.

- *Melhorias nas IFRSs*

## Notas Explicativas

Entre 2008 e 2010, o IASB emitiu alterações às suas normas, principalmente com o objetivo de remover inconsistências e esclarecimento de redação. Existem disposições de entrada em vigor separadas para cada norma alterada. A adoção dessas alterações não apresentaram impacto sobre a situação financeira e resultados da Companhia.

A Companhia não adotou antecipadamente nenhum outro pronunciamento, interpretação ou alteração que tenha sido emitido e ainda não esteja em vigor.

### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a. **Contas a receber de serviços, líquidas:** estão avaliadas pelo valor dos serviços prestados de acordo com as condições contratadas ajustado pelo montante estimado de eventuais perdas pela falta de pagamento. Estão inclusos os serviços já faturados e os ainda não faturados na data do balanço. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante suficiente para cobrir eventuais perdas e considera principalmente a inadimplência esperada.
- b. **Materiais de estoques:** estão demonstrados pelo custo médio de aquisição, líquidos de ajuste ao valor de realização. Compreende os materiais destinados a consumo, manutenção ou revenda, neste último, principalmente os equipamentos tratados como arrendamento mercantil financeiro (ver nota 3.f).
- c. **Investimentos:** as participações societárias em controladas, controladas em conjunto, coligadas e os investimentos em coligadas sobre as quais é exercida influencia significativa, estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais. Nas demonstrações contábeis consolidadas os investimentos em controladas são consolidados integralmente, e os investimentos em controladas em conjunto são consolidados de forma proporcional.

Na consolidação, todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido entre a Companhia e suas controladas foram eliminados.

As variações cambiais do patrimônio líquido da controlada em conjunto Aliança Atlântica são reconhecidas no patrimônio líquido na Companhia em Diferenças de Conversão de Investimentos no Exterior.

- d. **Imobilizado:** é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se aplicáveis. Os custos do ativo são capitalizados até o momento em que esteja nas condições previstas para sua entrada em operação.

Os gastos subsequentes à entrada do ativo em operação são reconhecidos imediatamente no resultado, respeitando-se o regime de competência. Gastos que representem melhorias no ativo (aumento da capacidade instalada ou da vida útil) são capitalizados.

A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens que se baseia em estudos técnicos, os quais são revisados periodicamente (ver nota 11 – Imobilizado).

## Notas Explicativas

- e. **Intangível (incluindo o ágio):** é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou formação, deduzido da amortização acumulada e de perdas por desvalorizações acumuladas, se aplicáveis.

A amortização é realizada pelo método linear para ativos intangíveis de vida útil definida com base no prazo de vida útil estimada. Ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, sendo realizado teste de recuperabilidade anualmente ou quando existam indícios de que o valor contábil possa não ser recuperável.

Ágios gerados até 31 de dezembro de 2008 na aquisição de investimentos e fundamentados em rentabilidade futura são tratados como intangíveis de vida útil indefinida. Como forma de validar a inexistência de perdas por este conceito, a Companhia avalia o valor recuperável da unidade geradora de caixa correspondente ao ágio.

- f. **Arrendamento mercantil:** os contratos que contém cláusulas de uso de ativos específicos são avaliados para identificar o tratamento contábil a ser aplicado sob a perspectiva de arrendamento mercantil. Os contratos em que o arrendador transfere de forma significativa os riscos e benefícios ao arrendatário são classificados como arrendamento mercantil financeiro.

A Companhia possui contratos classificados como arrendamento mercantil financeiro tanto na condição de arrendadora como arrendatária. Como arrendadora, a controlada A.Telecom possui contratos de aluguel de equipamentos de informática (Produto Posto Informático), para os quais reconhece na data de instalação uma receita pelo valor presente das parcelas do contrato em contrapartida ao Contas a Receber. Como arrendatária em contratos classificados como arrendamento financeiro, a Companhia registra um ativo imobilizado no início do período de arrendamento, classificado de acordo com sua natureza, pelo valor presente das parcelas mínimas obrigatórias do contrato em contrapartida a Outras Obrigações. A diferença entre o valor nominal das parcelas e o contas a receber/pagar registrado é reconhecida como receita/despesa financeira em base ao método da taxa de juros efetiva de acordo com a duração do contrato.

Os contratos em que o arrendador conserva parte significativa dos riscos e benefícios são considerados como arrendamento mercantil operacional, sendo seus efeitos reconhecidos no resultado do exercício ao longo do prazo contratual.

- g. **Análise de recuperabilidade dos ativos:** a Administração revisa pelo menos anualmente o valor contábil líquido dos ativos (incluindo entre outros, imobilizado, ágios e intangível) com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, ou anualmente para os ágios conforme requerido, é estimado o valor recuperável, como o maior valor entre o valor justo menos custos de venda e o valor de uso. Para determinar o valor de uso, são considerados os fluxos de caixa futuros gerados através do uso do ativo ou de sua unidade geradora de caixa, conforme o caso corresponda, os quais são descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições de mercado atuais para o valor do dinheiro ao longo do tempo e os riscos associados ao ativo específico. Quando o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é

## Notas Explicativas

constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

### **h. Instrumentos Financeiros e caixa e equivalentes de caixa:**

#### **Reconhecimento inicial e mensuração subsequente**

##### ***(i) Caixa e equivalentes de caixa***

Contemplam valores em espécie, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas de contratação com liquidez imediata.

##### ***(ii) Ativos Financeiros***

###### Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, como empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

###### Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

###### Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de *hedge*, definidos pela norma correspondente. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

###### Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável, se e quando aplicável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos

## Notas Explicativas

incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado, se e quando aplicáveis.

### Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais. Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na reserva de disponíveis para venda no grupo de outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável.

Quando o investimento é desreconhecido ou quando for determinada perda por redução ao valor recuperável, os ganhos ou as perdas cumulativos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes devem ser reconhecidos no resultado.

O valor justo de ativos financeiros disponíveis para a venda denominados em moeda estrangeira é mensurado nessa moeda estrangeira e convertido utilizando-se a taxa de câmbio à vista vigente na data de reporte das demonstrações contábeis. As variações do valor justo atribuíveis a diferenças de conversão são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

### Baixas

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, o mesmo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

### ***(iii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros***

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo

## Notas Explicativas

financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possam ser razoavelmente estimados.

### Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável. Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas).

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

### Investimentos financeiros disponíveis para venda

Para instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda, a Companhia avalia se há alguma evidência objetiva de que o investimento é recuperável a cada data do balanço.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, evidência objetiva inclui uma perda significativa e prolongada no valor justo dos investimentos, abaixo de seu custo contábil.

Quando há evidência de perda por redução ao valor recuperável, a perda acumulada – mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo corrente, menos a perda por redução ao valor recuperável que tenha sido previamente reconhecida no resultado – é reclassificada do patrimônio líquido para o resultado.

Aumentos no valor justo após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável são reconhecidos diretamente no resultado abrangente.

### ***(iv) Passivos financeiros***

#### Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia

## Notas Explicativas

determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

### Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de *hedge* definidos pela norma correspondente.

A Companhia não designou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

#### Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

#### Baixas

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

#### **(v) Instrumentos financeiros – apresentação líquida**

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **(vi) Valor justo de instrumentos financeiros**

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

## Notas Explicativas

### i. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de cobertura (“*hedge accounting*”):

#### Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como *swaps* de moeda para fornecer proteção contra o risco de variação das taxas de câmbio.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Para os fins de contabilidade de *hedge*, os contratos da Companhia foram classificados como *hedge* de valor justo ao fornecer proteção contra a exposição às alterações no valor justo de parte identificada de certos passivos que seja atribuível a um risco particular (variação cambial) e possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge*, à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de cobertura, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o *hedge*. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge* o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge*. Espera-se que esses *hedges* sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo sendo permanentemente avaliados para verificar se foram efetivamente altamente eficazes ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

*Hedges* de valor justo que satisfazem os critérios para sua contabilidade são registrados da seguinte forma:

O ganho ou a perda resultante das mudanças do valor justo de um instrumento de *hedge* deve ser reconhecido no resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto deve ajustar a quantia escriturada do item coberto a ser reconhecido no resultado. As mudanças do valor justo do instrumento de *hedge* e as mudanças do valor justo do item objeto de *hedge* atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na linha da demonstração de resultado relacionada ao item objeto de *hedge*.

#### Classificação entre curto e longo prazo

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de *hedge* eficaz são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

- Quando a Companhia mantiver um derivativo como *hedge* econômico (e não aplicar contabilidade de *hedge*), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como de longo prazo (ou segregado em parcela de curto e longo prazo), consistentemente com a classificação do item correspondente.

## Notas Explicativas

- Os instrumentos derivativos e classificados como *hedge* eficazes, são classificados de forma consistente com a classificação do correspondente item objeto de *hedge*.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

- j. Provisões:** As provisões são reconhecidas no balanço patrimonial para aquelas situações que apresentam, na data das demonstrações contábeis grau de risco provável de desembolso futuro e que possam ser mensuradas com segurança.

As provisões estão apresentadas pelo seu montante bruto, sem considerar os correspondentes depósitos judiciais e são classificadas como trabalhistas, cíveis e tributárias. Os depósitos judiciais estão classificados como ativo, dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão.

- k. Planos de benefícios pós-emprego:** a Companhia patrocina individualmente planos de aposentadoria para empregados ativos e aposentados, bem como plano multipatrocinado de assistência médica para ex-empregados. Os passivos atuariais de planos com características de benefício definido foram calculados adotando-se o método de crédito unitário projetado. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos de forma imediata em Outros Resultados Abrangentes.

Para os planos com características de contribuições definidas, a obrigação é limitada ao pagamento das contribuições, as quais são reconhecidas no resultado nos respectivos períodos de competência.

O ativo ou passivo de plano de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido, menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar. Os ativos do plano não estão disponíveis aos credores da Companhia e não podem ser pagos diretamente a Companhia. O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado a soma de qualquer custo de serviço passado ainda não reconhecido e ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de redução nas contribuições patronais futuras do plano.

- l. Outros ativos e passivos:** um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e suas controladas e seu custo puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

- m. Reconhecimento das receitas:** as receitas correspondentes à prestação de serviços de telecomunicações são contabilizadas pelo regime de competência

## Notas Explicativas

com base nos valores contratados. A receita não faturada entre a data do último faturamento até a data do balanço é reconhecida no mês em que o serviço é prestado.

As receitas da Companhia compreendem basicamente os serviços de telecomunicações de voz, dados e serviços adicionais que são ofertados aos clientes através de pacotes de tráfego com valor fixo (mensalidade) ou de acordo com o consumo de tráfego realizado pelos clientes.

As receitas referentes às vendas de cartões de telefones públicos são diferidas e reconhecidas no resultado com base na estimativa de utilização dos cartões.

As receitas de contratos de locação de equipamentos classificados como arrendamento mercantil financeiro são reconhecidas na instalação dos equipamentos, momento em que ocorre a efetiva transferência de risco. A receita é reconhecida pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do contrato.

As receitas de serviços estão sujeitas basicamente aos seguintes tributos indiretos: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, Programa de Integração Social – PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS e Impostos sobre Serviços – ISS.

**n. Saldos e transações em moeda estrangeira:** a moeda funcional da Companhia é o Real. As transações em moeda estrangeira foram convertidas com base na taxa de câmbio da data da transação. Os ativos e passivos em moeda estrangeira foram convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço. As variações cambiais decorrentes das operações em moeda estrangeira foram reconhecidas no resultado como receita ou despesa financeira.

**o. Imposto de renda e contribuição social:** A despesa com imposto de renda e contribuição social inclui os efeitos de impostos correntes e diferidos.

O valor contábil dos ativos e passivos referentes ao imposto corrente do período em curso e de períodos anteriores representa o montante que se estima recuperar ou a pagar às autoridades tributárias. As taxas fiscais e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são as que estão vigorando na data do balanço. No balanço patrimonial os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício.

O valor dos impostos diferidos é obtido a partir da análise do balanço considerando as diferenças temporárias, que são aquelas geradas por diferenças entre os valores fiscais de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

Na data do balanço os ativos por impostos diferidos são registrados na medida em que for provável sua realização com base em lucros tributáveis futuros.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no balanço patrimonial como não circulantes, independentemente da expectativa de realização. Os efeitos fiscais de itens registrados diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos igualmente no patrimônio líquido.

**p. Taxa de renovação do contrato de concessão:** valor a ser pago em cada ano ímpar durante a vigência do contrato de concessão equivale a 2% da receita líquida do ano anterior gerada pelos serviços do STFC previstos em contrato. A

## Notas Explicativas

despesa correspondente é reconhecida proporcionalmente durante cada biênio (nota 21).

- q. **Estimativas contábeis:** a preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

### Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

### Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

### Benefícios Pós-Emprego

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas anualmente.

## Notas Explicativas

A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país.

### Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado nos instrumentos financeiros.

### Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

#### **r. Demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado:**

A demonstração dos fluxos de caixa reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e suas controladas e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (*stakeholders*).

#### **4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
Caixa e contas bancárias	4.766	4.257	7.441	8.930
Aplicações financeiras	1.848.851	1.084.832	2.262.373	1.547.785
Total	<u>1.853.617</u>	<u>1.089.089</u>	<u>2.269.814</u>	<u>1.556.715</u>

## Notas Explicativas

As aplicações financeiras de curto prazo correspondem basicamente a CDBs, baseados na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI com liquidez imediata, e são mantidas junto a instituições financeiras de primeira linha.

### 5. CONTAS A RECEBER DE SERVIÇOS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
Valores faturados	1.810.313	1.766.551	2.085.440	2.042.760
Valores a faturar	1.211.395	1.196.912	1.373.939	1.336.441
Contas a receber bruto	3.021.708	2.963.463	3.459.379	3.379.201
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(609.749)	(607.450)	(805.482)	(765.633)
<b>Total</b>	<b>2.411.959</b>	<b>2.356.013</b>	<b>2.653.897</b>	<b>2.613.568</b>
A vencer	1.752.831	1.789.232	2.046.269	2.058.606
Vencidas – 01 a 30 dias	418.730	379.011	442.238	403.738
Vencidas – 31 a 60 dias	106.225	97.502	113.620	101.943
Vencidas – 61 a 90 dias	67.729	45.115	72.313	49.404
Vencidas – 91 a 120 dias	49.022	41.008	54.953	44.018
Vencidas – mais de 120 dias	627.171	611.595	729.986	721.492
<b>Total</b>	<b>3.021.708</b>	<b>2.963.463</b>	<b>3.459.379</b>	<b>3.379.201</b>
Circulante	2.411.959	2.356.013	2.578.602	2.546.225
Não circulante	-	-	75.295	67.343

### Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PDD

	Controladora	Consolidado
	Mar/2011	Mar/2011
Saldo inicial	(607.450)	(765.633)
Provisão debitada à despesas de comercialização de serviços (Nota 21)	(73.834)	(84.962)
Baixas	71.535	45.113
<b>Saldo final</b>	<b>(609.749)</b>	<b>(805.482)</b>

A controlada A.Telecom possui o produto “Posto Informático” que consiste na locação de equipamentos de informática ao segmento de pequenas e médias empresas e o recebimento de parcelas fixas pelo prazo contratual. Considerando os termos contratuais, a Companhia classificou esse produto nas demonstrações contábeis de 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 como “Arrendamento Mercantil Financeiro” (nota 3.f).

O saldo consolidado do contas a receber de 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 contempla os seguintes efeitos:

	Mar/2011	Dez/2010
Valor presente dos pagamentos mínimos a receber	149.471	112.352
Receita financeira não realizada	8.904	23.213
Investimento bruto no arrendamento mercantil a receber no final do exercício	158.375	135.565
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(54.358)	(18.102)

**Notas Explicativas**

Total dos valores a receber líquidos	<u>104.017</u>	<u>117.463</u>
Circulante	74.176	45.009
Não circulante	<u>75.295</u>	<u>67.343</u>

**Cronograma de vencimentos:**

Ano	Investimento bruto	Valor presente
A vencer até um ano	74.176	74.176
A vencer até cinco anos	84.199	75.295
<b>Total</b>	<u>158.375</u>	<u>149.471</u>

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

**6. MATERIAIS DE ESTOQUES**

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
Materiais para consumo	69.413	73.584	106.660	100.579
Materiais para revenda (*)	50.826	46.632	79.256	66.564
Outros estoques	6.445	7.806	6.868	10.052
Ajuste a valor de realização e provisão para obsolescência	(86.584)	(92.920)	(94.555)	(99.696)
<b>Total circulante</b>	<u>40.100</u>	<u>35.102</u>	<u>98.229</u>	<u>77.499</u>

(\*) Contempla, entre outros, estoque de equipamentos de informática.

A provisão sobre os itens de estoques leva em consideração análises tempestivas realizadas pela Companhia.

**7. TRIBUTOS DIFERIDOS E A RECUPERAR****7.1 Tributos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
Impostos e contribuições retidos na fonte	37.264	70.558	56.546	91.185
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	59.808	13.422	76.979	27.088
ICMS (*)	392.982	397.745	533.362	534.323
ICMS convênio 39/Portaria CAT 06	309.900	313.177	309.900	313.177
Outros	9.332	6.509	22.213	20.261
<b>Total</b>	<u>809.286</u>	<u>801.411</u>	<u>999.000</u>	<u>986.034</u>
Circulante	482.202	480.691	666.590	659.357
Não circulante	<u>327.084</u>	<u>320.720</u>	<u>332.410</u>	<u>326.677</u>

(\*) Refere-se em grande parte a créditos gerados na compra de bens do ativo imobilizado, cuja compensação ocorre em 48 meses.

## Notas Explicativas

### 7.2 Tributos diferidos

A Companhia constitui imposto de renda e contribuição social diferidos ativos considerando a existência de lucro tributável nos cinco últimos exercícios sociais e expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, os quais foram fundamentados em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração em 14 de dezembro de 2010.

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
<u>Ativo diferido</u>				
IR sobre prejuízos fiscais e CSLL sobre base negativa de controladas	-	-	2.056	2.325
Provisões para ações trabalhistas, tributárias e cíveis	301.766	302.607	301.766	302.607
Planos de benefícios pós-emprego	76.070	74.460	76.070	74.460
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	96.834	100.194	96.834	100.194
Provisão Fust	79.317	73.251	79.317	73.251
Provisão para perda de modens	58.278	46.318	58.278	46.318
Participação nos resultados	13.778	38.730	13.778	38.730
Provisão para ajuste de realização dos estoques	29.439	31.593	29.439	31.593
Crédito fiscal incorporado - DABR (*)	31.537	34.691	31.537	34.691
Outras provisões indedutíveis	123.680	129.798	123.680	129.798
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	177.171	180.045	177.171	180.045
	<u>987.870</u>	<u>1.011.687</u>	<u>989.926</u>	<u>1.014.012</u>
<u>Passivo diferido</u>				
Lei da Inovação	216.986	238.957	216.986	238.957
Variação cambial	31.314	25.811	31.314	25.811
Crédito fiscal incorporado (*)	156.219	136.015	156.219	136.015
IR e CS sobre outras diferenças temporárias	111.229	109.550	111.229	109.550
	<u>515.748</u>	<u>510.333</u>	<u>515.748</u>	<u>510.333</u>
Total não circulante	<u>472.122</u>	<u>501.354</u>	<u>474.178</u>	<u>503.679</u>

(\*)Referem-se aos benefícios fiscais oriundos de reestruturações societárias de ágios por expectativa de rentabilidade futura, cujo aproveitamento fiscal obedece ao limite previsto na legislação tributária.

Os prejuízos fiscais e diferenças temporárias que correspondem a R\$39.172 e R\$15.207, respectivamente, não foram reconhecidos créditos fiscais diferidos pelas controladas em 31 de março de 2011 em virtude de não haver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

#### Movimentação do ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado			Saldo em 31/03/2011
	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas	
Prejuízo fiscal	2.325	-	(269)	2.056
Outros ativos diferidos (Controladora)	1.011.687	42.284	(66.101)	987.870
Total	<u>1.014.012</u>	<u>42.284</u>	<u>(66.370)</u>	<u>989.926</u>

#### Movimentação do passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos

**Notas Explicativas**

	Controladora/Consolidado				
	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/03/2011
Passivo diferido	510.333	29.751	(26.536)	2.200	515.748
<b>Total</b>	<b>510.333</b>	<b>29.751</b>	<b>(26.536)</b>	<b>2.200</b>	<b>515.748</b>

**8. OUTROS ATIVOS**

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
Adiantamentos	31.791	51.972	34.415	53.704
Despesas pagas antecipadamente	66.479	40.623	68.658	41.372
Créditos com partes relacionadas (nota 26)	172.048	208.696	51.018	95.452
Outros ativos	80.810	112.471	86.452	116.959
<b>Total circulante</b>	<b>351.128</b>	<b>413.762</b>	<b>240.543</b>	<b>307.487</b>
Despesas pagas antecipadamente	22.012	24.647	22.012	24.647
Créditos junto a Barramar S.A. (a)	-	-	55.587	56.700
Valores vinculados ao Tesouro Nacional	13.093	12.884	13.093	12.884
Superávit plano de pensão (nota 3.k)	33.843	26.561	34.472	27.171
Créditos com partes relacionadas (nota 26)	36.569	33.847	19.976	16.943
Outros ativos	32.752	36.406	35.306	40.110
<b>Total não circulante</b>	<b>138.269</b>	<b>134.345</b>	<b>180.446</b>	<b>178.455</b>

(a) Referem-se a créditos com a empresa Barramar S.A., registrados na Companhia AIX de Participações, líquidos da provisão para perdas.

**9. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	Consolidado				Totais
	Natureza				
	Trabalhista	Tributária	Cível	Bloqueio Judicial	
Saldos em não circulante em 31/12/2010	555.322	546.387	528.887	80.087	1.710.683
Ingressos	36.664	8.307	28.375	-	73.346
Baixas/reversões	(13.225)	(4)	(15.207)	(4.130)	(32.566)
Atualização monetária	9.568	9.315	8.697	-	27.580
Transferências	598	1.050	(266)	(1.382)	-
<b>Saldos em não circulante em 31/03/2011</b>	<b>588.927</b>	<b>565.055</b>	<b>550.486</b>	<b>74.575</b>	<b>1.779.043</b>

Ver nota 17 - Provisões para maiores detalhes sobre os assuntos que originaram estes depósitos.

**10. INVESTIMENTOS**

**Notas Explicativas**

	Dez/2010	Resultado de equivalência patrimonial	Dividendos recebidos	Outros resultados abrangentes	Mar/2011
Participações em controladas (I)	1.208.282	(50.373)	(1)	2.621	1.160.529
Aliança Atlântica Holding B.V.	60.248	140		2.621	63.009
A. Telecom S.A.	612.934	(269)	-	-	612.665
Companhia AIX de Participações	68.900	823	-	-	69.723
Companhia ACT de Participações	6	1	(1)	-	6
Telefonica Data S.A.	206.424	(39.247)	-	-	167.177
Telefonica Sistemas de Televisão S.A.	259.770	(11.821)	-	-	247.949
Ágios(I)	1.064.643	-	-	-	1.064.643
Participações em coligadas(I) (II)	57.990	762	-	-	58.752
GTR Participações e Empreendimentos S.A	2.055	81	-	-	2.136
Lemontree Participações S.A.	17.047	246	-	-	17.293
Comercial Cabo TV São Paulo S.A.	32.392	564	-	-	32.956
TVA Sul Paraná S.A.	6.496	(129)	-	-	6.367
Outras participações (*) (I) (II)	39.658	-	-	6.114	45.771
Zon Multimídia – partic. direta	9.036	-	-	1.207	10.243
Outros investimentos	30.622	-	-	4.907	35.528
Total de investimentos controladora (I)	2.370.573	(49.611)	(1)	8.735	2.329.695
Outras participações(*) (II)	3.189	-	-	426	3.615
Zon Multimídia – partic. indireta	3.189	-	-	426	3.615
Total de investimentos consolidado(II)	100.837	762	-	6.540	108.138

(\*) Os valores de outras participações estão avaliados pelo valor justo.

A Companhia efetuou adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC em março de 2011 no valor de R\$114.000, para sua subsidiária integral Telefônica Data S.A. registrado na rubrica de Aplicações Capitalizáveis.

Controladas consolidadas proporcionalmente

O Grupo tem participação acionária de 50% nas empresas Aliança Atlântica Holding B.V., Companhia AIX de Participações e Companhia ACT de Participações, as quais são consolidadas proporcionalmente.

A proporção correspondente a Telesp dos ativos, passivos, receitas e despesas das entidades consolidadas proporcionalmente em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro 2010 e para os exercícios findos nessas datas, incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas estão abaixo:

Mar/2011			Dez/2010		
Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica	Cia ACT	Cia AIX	Aliança Atlântica

**Notas Explicativas**

Ativo circulante	8	5.803	59.758	7	4.820	57.456
Ativo não circulante	-	70.538	3.615	-	72.146	3.189
Passivo circulante	2	4.621	364	1	5.727	397
Passivo não circulante	-	1.997	-	-	2.339	-
Patrimônio líquido	<u>6</u>	<u>69.723</u>	<u>63.009</u>	<u>6</u>	<u>68.900</u>	<u>60.248</u>
Receitas	8	6.815	173	27	31.254	13.200
Despesas	<u>(7)</u>	<u>(5.992)</u>	<u>(33)</u>	<u>(24)</u>	<u>(21.985)</u>	<u>(99)</u>
Lucro Líquido do exercício	<u>1</u>	<u>823</u>	<u>140</u>	<u>3</u>	<u>9.269</u>	<u>13.101</u>

As principais informações das coligadas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial em 31 de março de 2011 são:

Coligadas	Ativo Total	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado	Total de partic.	Capital votante
GTR Participações e Empreendimentos S.A	3.262	60	3.202	89	66,67%	0,0%
Lemontree Participações S.A.	26.199	261	25.938	4.133	66,67%	0,0%
Comercial Cabo TV São Paulo S.A.	163.369	108.396	54.973	4.504	59,95%	19,9%
TVA Sul Paraná S.A.	41.925	33.381	8.544	(216)	74,50%	49,0%

**11. IMOBILIZADO LÍQUIDO**

	Controladora						Saldo em 31/03/2011
	Taxa anual de depr. %	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas líquidas	Transferências líquidas	Depreciação	
Equipamentos de comutação	10,00	1.231.455	1.253	(2.133)	25.345	(59.918)	1.196.002
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 10,00	3.672.915	54.703	(3.667)	57.868	(100.725)	3.681.094
Equipamentos terminais/Modem	10,00 a 66,67	1.005.549	95.897	(2.276)	12.891	(157.095)	954.966
Infraestrutura	4,00 a 12,50	2.794.729	333	(5.722)	17.676	(71.503)	2.735.513
Outros	10,00 a 20,00	194.790	5.082	(42)	-	(15.086)	184.744
Provisões para perda		(26.064)	2.960	-	-	-	(23.104)
Bens e instalações em andamento		702.585	37.780	(1.558)	(118.358)	-	620.449
<b>Total</b>		<u>9.575.959</u>	<u>198.008</u>	<u>(15.398)</u>	<u>(4.578)</u>	<u>(404.327)</u>	<u>9.349.664</u>
Taxa média anual de depreciação %		7,45					8,58

	Consolidado						Saldo em 31/03/2011
	Taxa anual de depr. %	Saldo em 31/12/2010	Adições	Baixas líquidas	Transferências líquidas	Depreciação	
Equipamentos de comutação	10,00	1.234.081	1.254	(2.133)	25.345	(60.044)	1.198.503
Equipamentos e meios de transmissão	5,00 a 10,00	3.709.166	54.703	(3.667)	50.381	(101.646)	3.708.937
Equipamentos terminais/Modem	10,00 a 66,67	1.274.037	111.840	(2.276)	8.043	(187.351)	1.204.293
Infraestrutura	4,00 a 12,50	2.811.505	606	(5.722)	(114.386)	(76.994)	2.615.009
Materiais e equip. de televisão	8,00 a 20,00	187.343	4.521	-	144.396	(20.395)	315.865
Outros	10,00 a 20,00	218.469	7.340	(42)	-	(17.037)	208.730
Provisões para perda (a)		(41.373)	3.674	-	(1.086)	-	(38.785)
		807.469	50.214	(2.698)	(117.271)	-	737.714

**Notas Explicativas**

Bens e instalações em andamento

Total	<u>10.200.697</u>	<u>234.152</u>	<u>(16.538)</u>	<u>(4.578)</u>	<u>(463.467)</u>	<u>9.950.266</u>
-------	-------------------	----------------	-----------------	----------------	------------------	------------------

Taxa média anual de depreciação %	8,01					9,17
-----------------------------------	------	--	--	--	--	------

(a) A Companhia e suas subsidiárias reconheceram provisão para possível obsolescência de materiais utilizados para manutenção do imobilizado fundamentada nos patamares de uso histórico e expectativa de utilização futura.

Abaixo seguem os valores de custo e depreciação em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

Mar/2011	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	11.809.721	(10.613.719)	1.196.002	11.819.865	(10.621.362)	1.198.503
Equipamentos e meios de transmissão	19.170.425	(15.489.331)	3.681.094	19.216.146	(15.507.209)	3.708.937
Equipamentos terminais/Modem	4.286.555	(3.331.589)	954.966	4.915.772	(3.711.479)	1.204.293
Infraestrutura	8.380.511	(5.644.998)	2.735.513	8.489.945	(5.874.936)	2.615.009
Materiais e equipamentos de televisão	-	-	-	610.156	(294.291)	315.865
Outros	1.332.719	(1.147.975)	184.744	1.435.992	(1.227.262)	208.730
Provisões para perda	(23.104)	-	(23.104)	(38.785)	-	(38.785)
Bens e instalações em andamento	620.449	-	620.449	737.714	-	737.714
Total	<u>45.577.276</u>	<u>(36.227.612)</u>	<u>9.349.664</u>	<u>47.186.805</u>	<u>(37.236.539)</u>	<u>9.950.266</u>

Dez/2010	Controladora			Consolidado		
	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo do imobilizado	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Equipamentos de comutação	11.785.535	(10.554.080)	1.231.455	11.795.681	(10.561.600)	1.234.081
Equipamentos e meios de transmissão	19.068.117	(15.395.202)	3.672.915	19.122.768	(15.413.602)	3.709.166
Equipamentos terminais/Modem	4.182.292	(3.176.743)	1.005.549	4.777.349	(3.503.312)	1.274.037
Infra-estrutura	8.368.613	(5.573.884)	2.794.729	8.477.774	(5.666.269)	2.811.505
Materiais e equipamentos de televisão	-	-	-	614.921	(427.578)	187.343
Outros	1.328.946	(1.134.156)	194.790	1.429.962	(1.211.493)	218.469
Provisões para perda	(26.064)	-	(26.064)	(41.373)	-	(41.373)
Bens e instalações em andamento	702.585	-	702.585	807.469	-	807.469
Total	<u>45.410.024</u>	<u>(35.834.065)</u>	<u>9.575.959</u>	<u>46.984.551</u>	<u>(36.783.854)</u>	<u>10.200.697</u>

As principais aquisições no 1º trimestre de 2011 foram:

- Equipamentos e meios de transmissão: aquisição de cabos aéreos.
- Equipamentos terminais/Modem: principalmente modems e equipamentos para instalação de fios externos e internos de grande público.

**12. INTANGÍVEL LÍQUIDO**

Consolidado

---

**Notas Explicativas**

	<u>Mar/2011</u>	<u>Dez/2010</u>
Ágios	1.064.792	1.064.792
Outros intangíveis	737.906	665.682
	<u>1.802.698</u>	<u>1.730.474</u>

A seguir apresentamos a abertura dos ágios nas referidas datas:

Ágios	<u>Consolidado</u>	
	<u>Mar/2011</u>	<u>Dez/2010</u>
Ajato Telecomunicações Ltda.	149	149
Ágio Spanish e Figueira (incorporado da TDBH) (a)	212.058	212.058
Santo Genovese Participações Ltda. (b)	71.892	71.892
Telefônica Televisão Participações S.A. (c)	780.693	780.693
	<u>1.064.792</u>	<u>1.064.792</u>

(a) Ágio oriundo da cisão parcial da empresa Figueira que foi vertido para a Companhia em virtude da incorporação da Telefônica Data Brasil Holding S.A. (TDBH) em 2006.

(b) Ágio gerado na aquisição do controle da Santo Genovese Participações Ltda. (controladora da Atrium Telecomunicações Ltda.), ocorrida em 2004.

(c) Ágio gerado na aquisição da TTP (anteriormente Navytree) incorporada em 2008 e está fundamentado em estudo de rentabilidade futura.

	<u>Controladora</u>						<u>Saldo em 31/03/2011</u>
	<u>Taxa anual amort.%</u>	<u>Saldo em 31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas liquidas</u>	<u>Transferências liq.</u>	<u>Amortização</u>	
Softwares	20,00	607.788	137.324	-	4.578	(68.135)	681.555
Carteira de clientes (Rede IP)	10,00	14.512	-	-	-	(1.814)	12.698
Outros	10,00 a 20,00	4.489	-	-	-	(1.378)	3.111
<b>Total</b>		<u>626.789</u>	<u>137.324</u>	<u>-</u>	<u>4.578</u>	<u>(71.327)</u>	<u>697.364</u>
Taxa média anual de amortização %		19,96					19,76

	<u>Consolidado</u>						<u>Saldo em 31/03/2011</u>
	<u>Taxa anual amort.%</u>	<u>Saldo em 31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas liquidas</u>	<u>Transferências liq.</u>	<u>Amortização</u>	
Softwares	20,00	638.975	142.654	-	5.071	(71.137)	715.563
Carteira de clientes (Rede IP)	10,00	14.512	-	-	-	(1.814)	12.698
Outros	10,00 a 20,00	12.195	34	-	(493)	(2.091)	9.645
<b>Total</b>		<u>665.682</u>	<u>142.688</u>	<u>-</u>	<u>4.578</u>	<u>(75.042)</u>	<u>737.906</u>
Taxa média anual de amortização %		19,89					19,78

As aquisições em softwares devem-se principalmente a desenvolvimento e aprimoramento de softwares, dentre eles o software ATIS referente a faturamento e cobrança.

Mar/2011	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>		
	<u>Custo do intangível</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>	<u>Custo do intangível</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>
Softwares	2.901.488	(2.219.933)	681.555	3.099.675	(2.384.112)	715.563

**Notas Explicativas**

Carteira de clientes (Rede IP)	72.561	(59.863)	12.698	72.561	(59.863)	12.698
Outros	186.278	(183.167)	3.111	201.162	(191.517)	9.645
<b>Total</b>	<b>3.160.327</b>	<b>(2.462.963)</b>	<b>697.364</b>	<b>3.373.398</b>	<b>(2.635.492)</b>	<b>737.906</b>

Dez/2010	Controladora			Consolidado		
	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido	Custo do intangível	Amortização acumulada	Saldo líquido
Softwares	2.760.912	(2.153.124)	607.788	2.953.275	(2.314.300)	638.975
Carteira de clientes (Rede IP)	72.561	(58.049)	14.512	72.561	(58.049)	14.512
Outros	186.278	(181.789)	4.489	201.621	(189.426)	12.195
<b>Total</b>	<b>3.019.751</b>	<b>(2.392.962)</b>	<b>626.789</b>	<b>3.227.457</b>	<b>(2.561.775)</b>	<b>665.682</b>

**13. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS**

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
Salários e honorários	27.453	24.082	28.505	25.583
Encargos e benefícios sociais	110.662	97.752	113.897	101.021
Participação de empregados nos resultados	27.400	103.243	28.101	105.841
Outras indenizações	74.800	74.800	74.800	74.800
<b>Total</b>	<b>240.315</b>	<b>299.877</b>	<b>245.303</b>	<b>307.245</b>

**14. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
<b>Tributos sobre a renda</b>				
Imposto de renda e contribuição social a pagar (a)	20.589	-	25.799	1.329
<b>Tributos indiretos</b>	945.221	956.615	996.483	1.009.501
ICMS	593.479	613.244	614.623	635.358
PIS e COFINS	98.861	99.201	118.032	120.430
Fust e Funttel	241.588	229.563	250.459	237.791
Outros	11.293	14.607	13.369	15.922
<b>Total</b>	<b>965.810</b>	<b>956.615</b>	<b>1.022.282</b>	<b>1.010.830</b>
Circulante	939.474	929.829	985.019	972.123
Não circulante	26.336	26.786	37.263	38.707

(a) Os valores de Imposto de renda e contribuição social a pagar estão apresentados líquidos dos recolhimentos por estimativa.

**15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Moeda	Taxa de juros anual	Vencimento	Mar/2011 (*)	Dez/2010 (*)
-------	---------------------	------------	--------------	--------------

**Notas Explicativas**

Financiamento - BNDES	URTJLP	TJLP+3,73%	Até 2015	1.618.472	1.715.580
Financiamento - BNDES	URTJLP	TJLP+1,73%	Até 2015	87.587	92.842
Empréstimo – Mediocrédito	US\$	1,75%	Até 2014	14.390	17.304
Empréstimos bancários – Lei 4131	US\$	1,60% a 2,16%	2011	679.032	-
Total controladora				<u>2.399.481</u>	<u>1.825.726</u>
Circulante				1.098.820	420.412
Não circulante				<u>1.300.661</u>	<u>1.405.314</u>

(\*) Valores apresentados ao valor justo, quando aplicável.

**BNDES:** em 2007 foi aprovado um crédito para a Companhia para financiar investimentos de produtos e serviços de produção nacional. A totalidade destes recursos já foi sacada e os respectivos investimentos estão comprovados e aceitos pelo BNDES. A TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo) é uma taxa referencial específica, não comparável com outras taxas de prazo equivalente disponíveis no mercado. Portanto, em 31 de março de 2011 este instrumento foi reconhecido no balanço pelo seu custo amortizado, que equivale ao valor justo do mesmo nesta data.

**MÉDIOCRÉDITO:** empréstimo tomado em 1993 através da Telecomunicações Brasileiras SA – Telebrás e Instituto Centrale per il Credito a Médio Termine – Mediocredito Centrale no montante de US\$45.546 com amortizações semestrais vencendo em 2014, destinado a realização de uma rede de telefonia rural via satélite no Estado de Mato Grosso. Há um derivativo contratado para proteger a empresa dos riscos cambiais associados a esta dívida e, por ser um hedge efetivo, foi adotada a metodologia de *hedge accounting*. Portanto, em 31 de março de 2011 o risco coberto deste instrumento foi reconhecido no balanço pelo seu valor justo nesta data.

**Empréstimos bancários:** empréstimos tomados em março de 2011 no montante de US\$418.889 com amortização total em setembro de 2011. Para cada uma destas operações de empréstimo foram contratados derivativos para proteger a empresa dos riscos cambiais associados a estas dívidas e, por serem hedges efetivos, foi adotada a metodologia de *hedge accounting*. Portanto, em 31 de março de 2011 o risco coberto destes instrumentos foi reconhecido no balanço pelo seu valor justo nesta data.

**Cronograma consolidado de vencimentos de longo prazo**

<u>Ano</u>	<u>Valores</u>
2012	308.276
2013	412.459
2014	410.015
2015	169.911
Total	<u>1.300.661</u>

**16. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR**

	<u>Controladora/Consolidado</u>	
	<u>Mar/2011</u>	<u>Dez/2010</u>
Juros sobre o capital próprio	<u>248.448</u>	<u>248.515</u>
Telefónica Internacional S.A.	113.839	113.839
SP Telecomunicações Participações Ltda.	37.407	37.407

**Notas Explicativas**

Minoritários	97.202	97.269
Dividendos	1.896.543	202.382
Telefónica Internacional S.A.	1.123.208	-
SP Telecomunicações Participações Ltda.	369.079	-
Minoritários	404.256	202.382
Total	<u>2.144.991</u>	<u>450.897</u>

Os saldos de juros sobre capital próprio e dividendos a pagar aos minoritários refere-se a valores declarados e ainda não pagos, e a valores ainda não reclamados.

**17. PROVISÕES**

A Companhia, como entidade e também como sucessora das empresas incorporadas, e as controladas respondem por processos administrativos e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis perante diferentes tribunais. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável. O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e a movimentação ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2010:

	Consolidado – Mar/2011			
	Natureza			Totais
	Trabalhista	Tributária	Cível	
Saldos em 31/12/2010	366.391	93.519	446.159	906.069
Ingressos	4.192	1.503	6.179	11.874
Baixas por pagamento	(5.397)	(2.410)	(11.645)	(19.452)
Baixas por reversão	(1.538)	(2.813)	(4.406)	(8.757)
Atualização monetária	3.873	548	10.365	14.786
Saldos em 31/03/2011	<u>367.521</u>	<u>90.347</u>	<u>446.652</u>	<u>904.520</u>
Circulante	38.642	-	209.297	247.939
Não circulante	<u>328.879</u>	<u>90.347</u>	<u>237.355</u>	<u>656.581</u>

**17.1 Provisões e Contingências Trabalhistas**

Grau de Risco - Consolidado	Valor Envolvido	
	Mar/2011	Dez/2010
Provável	367.521	366.391
Possível	182.821	155.107

As provisões e contingências trabalhistas envolvem diversas reclamações trabalhistas de ex-empregados e de empregados terceirizados (esses alegando responsabilidade subsidiária ou solidária), que reivindicam, entre outros, falta de pagamento de horas extraordinárias; equiparação salarial; complementos salariais de aposentadoria; remuneração por insalubridade e periculosidade e questionamentos referentes à terceirização.

## Notas Explicativas

A empresa também figura no pólo passivo de reclamações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados aposentados, vinculados ao Plano de Assistência Médica aos Aposentados – PAMA, que requerem dentre outros pontos a anulação da alteração ocorrida no Plano Médico dos aposentados. As ações aguardam pronunciamento do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. A Administração da Sociedade, baseada na opinião de seus assessores legais, considera esta ação como sendo de risco possível. Não foi atribuído valor referente a essas ações, pois, neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia.

Adicionalmente, a Companhia é parte em Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público do Trabalho cujo objeto versa sobre a determinação à Companhia de deixar de contratar empresa interposta para execução das atividades fim da empresa. Não foi atribuído valor ao grau de risco possível referente à esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa.

### 17.2 Provisões e Contingências Tributárias

Grau de Risco - Consolidado	Valor Envolvido	
	Mar/2011	Dez/2010
Provável	90.347	93.519
Possível	3.787.898	4.102.806

Em 31 de março de 2011 esta Companhia mantém ações judiciais movidas para obter o reconhecimento da inconstitucionalidade da cobrança das contribuições abaixo explicitadas:

#### a) CIDE

Contribuição de Intervenção sobre o domínio econômico exigida pela União Federal sobre remessas de recursos efetuadas para o exterior, oriundas de contratos de transferência de tecnologia, licenciamento de marcas e softwares etc., sendo que a Companhia mantém contabilizado o montante de R\$22.444 em 31 de março de 2011.

#### b) FGTS

Contribuições adicionais ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço exigida pelo INSS sobre os depósitos realizados pelos empregadores (a discussão não resulta em redução da parte dos depósitos no FGTS realizados pela empresa em nome dos empregados). O valor envolvido remonta em R\$ 61.411 O processo encontra-se em última instância judicial. De acordo com a opinião legal de seus consultores jurídicos, foi constituída provisão e depósito judicial do montante integral.

#### c) Outras provisões

Existem outras contingências igualmente provisionadas relativas à compensação de Finsocial e PIS/PASEP declarados inconstitucionais e casos municipais cujos objetos são ISS, IPTU e diversas taxas municipais, no montante envolvido de R\$6.492, consideradas de risco provável pela Administração da Companhia.

### Contingências Possíveis

## Notas Explicativas

### Âmbito Federal

Em 31 de março de 2011, a Companhia e suas controladas e subsidiárias mantêm diversas ações tributárias no âmbito federal, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias, perfazendo o montante de R\$1.084.489 Referidas ações versam sobre:

**(a)** manifestações de inconformidade decorrentes de não homologação de Pedidos de Compensações formulados pela empresa; **(b)** débitos declarados e supostamente não pagos; **(c)** multa pela distribuição de dividendos com a suposta existência de débitos federais em aberto; **(d)** contribuição previdenciária sobre o pagamento de remuneração decorrente da reposição de perdas salariais originadas do “Plano Verão” e “Plano Bresser”, SAT, Seguro Social e de valores devidos a terceiros (INCRA e SEBRAE); **(e)** IR e contribuição sobre premiações, **(f)** IRRF sobre a remessa de valores ao exterior relativos a serviços técnicos e de assistência administrativa e semelhantes, bem como "royalties"; **(g)** Compensações diversas; **(h)** Taxa de Fiscalização e Funcionamento; e **(i)** PIS/COFINS alargamento da base de cálculo (Lei n. 9718/98)

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

O processo cujo objeto é a cobrança de ISS sobre serviço de telecomunicações no montante de R\$161.341 sofreu uma reavaliação do risco passando a ser classificada como perda remota, haja visto que o processo foi encerrado na esfera administrativa e iniciado na esfera judicial com boas expectativas de êxito.

### Âmbito Estadual

Em 31 de março de 2011 a Companhia e suas controladas e subsidiárias mantêm diversas ações administrativas (decorrentes de autos de infração) e judiciais no âmbito estadual, relacionadas ao ICMS, perfazendo o montante de R\$2.067.651, as quais aguardam julgamento nas mais variadas instâncias. Referidas ações versam sobre:

**(a)** Prestação de serviços de facilidades e serviços complementares (Convênio 69/98) **(b)** Locação de modem Speedy; **(c)** Ligações Internacionais (DDI); **(d)** débitos declarados e supostamente não pagos; **(e)** creditamento indevido relativo a obtenção de bens destinados ao ativo fixo; **(f)** Falta de estorno proporcional do crédito referente à aquisição de ativo imobilizado; **(g)** valores apropriados indevidamente a título de créditos extemporâneos de ICMS; **(h)** prestação de serviço fora de São Paulo e recolhimento do ICMS para o estado de São Paulo; e **(i)** Co-billing.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

### Âmbito Municipal

Em 31 de março de 2011, a Companhia e suas controladas e subsidiárias mantêm diversas ações tributárias no âmbito municipal, na esfera administrativa (decorrentes de Autos de Infração) e esfera judicial, as quais aguardam julgamentos nas mais variadas instâncias, perfazendo o montante de R\$132.319

## Notas Explicativas

Referidas ações versam sobre os seguintes objetos: **(a)** ISS; **(b)** IPTU; **(c)** Taxa de Uso do Solo; **(d)** Serviços prestados por terceiros e; **(e)** Diversas Taxas Municipais.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos, tanto na esfera administrativa quanto na esfera judicial

Com base na opinião dos seus consultores tributários, a Administração acredita que a resolução das questões supra relacionadas não produzirá efeito material adverso sobre sua condição financeira.

### ANATEL

**FUST:** Mandado de Segurança impetrado pelas operadoras fixas para reconhecimento do direito de não inclusão das despesas de interconexão (ITX) e EILD na base de cálculo do FUST, conforme disposição da Súmula nº 7, de 15 de dezembro de 2005, por estar em desacordo com as disposições contidas no parágrafo único do art. 6º da Lei n.º 9.998, de 17 de agosto de 2000. Foi obtida sentença em 1ª instância parcialmente favorável e atualmente, aguarda-se decisão de 2ª instância judicial. O valor total envolvido remonta em R\$613.726. Parte deste valor R\$77.082 refere-se às diferenças apuradas de ITX e EILD em função da adoção da sistemática não-cumulativa no período retroativo (2001 a 2005) e a outra parte R\$254.392 refere-se às diferenças de ITX e EILD apuradas para o período de 2006 a atual, cujo valor foi registrado na rubrica de impostos, taxas e contribuições e está sendo depositado, mensalmente, em juízo sendo que os demais valores envolvidos referem-se à lavratura, pela Anatel, de diversas notificações de lançamento de débito no valor de R\$282.252 para os valores em discussão no Mandado de Segurança, sendo avaliadas como de risco de perda possível.

**FUNTTEL:** Contrariando a previsão legal, a Anatel lavrou diversas Notificações de Lançamento de Débito contra a Companhia e suas controladas e subsidiárias para cobrança da contribuição ao FUNTTEL sobre outras receitas (que não são de telecomunicação), bem como despesas transferidas a outras operadoras (Interconexão e EILD) relativas ao período de 2001 a 2005. Os processos aguardam decisão de 1ª instância administrativa. O valor total envolvido remonta em R\$112.001.

**FISTEL:** Por ocasião das prorrogações do prazo de vigência das licenças para utilização das centrais telefônicas associadas à exploração do serviço telefônico fixo comutado, a ANATEL realiza a cobrança da Taxa de Fiscalização de Instalação – TFI referente a prorrogação das licenças concedidas.

Tal cobrança resulta do entendimento da ANATEL de que, seria aplicável o art. 9º, inciso III da Resolução nº 255 ao presente caso, de modo que a prorrogação seria fato gerador da TFI. Por entender que a cobrança de TFI sobre a prorrogação das licenças é indevida, Telesp S.A questiona judicialmente referida cobrança. Foi obtida sentença favorável em 1ª instância judicial e atualmente, aguarda-se decisão de 2ª instância. O valor total envolvido remonta em R\$32.104.

No entendimento da Administração e de seus consultores jurídicos, são possíveis as chances de perda nesses processos.

### 17.3 Provisões e Contingências Cíveis

## Notas Explicativas

Grau de Risco - Consolidado	Valor Envolvido	
	Mar/2011	Dez/2010
Provável	446.652	446.159
Possível	1.207.457	808.006

### Provisões cíveis

#### Relevantes

a) Ações de complementação de ações. Referem-se a ações nas quais a Companhia está envolvida e que versam sobre direitos ao recebimento complementar de ações calculadas em relação aos planos de expansão da rede após 1996. Tais processos encontram-se em diversas fases: 1º grau, Tribunal de Justiça e Superior Tribunal de Justiça. Considerando o grau de risco provável foi provisionado o valor de R\$23.618.

b) A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas, de natureza relevante que têm por objeto direitos relacionados à prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal; assim como, também, são parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio, sendo o total da provisão registrada no montante de R\$155.343.

#### Massivas

##### Relações de consumo

c) A Companhia também é parte em diversos processos judiciais movidos por consumidores individuais, cujas causas são consideradas semelhantes e usuais e que, individualmente não são consideradas relevantes, para as quais foram provisionados R\$89.566, tendo como base a análise estatística da média histórica de condenação para esses processos.

#### Anatel

d) Em 31 de março de 2011 a Companhia figurava como parte em processos administrativos perante a Anatel, os quais foram instaurados sob o fundamento de alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como em processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela Agência na esfera administrativa, cuja avaliação de perda é provável tendo sido constituída provisão no montante total de R\$178.125, sendo R\$146.705 referente à provisão dos processos administrativos e R\$31.420 referente à provisão dos processos judiciais.

### Contingências possíveis

#### Relevantes

a) Plano Comunitário de Telefonia - PCT. Refere-se ao processo de Ação Civil Pública no qual a Companhia está envolvida e que é relacionado ao Plano Comunitário de Telefonia - PCT, que versa sobre eventual direito de indenização dos adquirentes de

## Notas Explicativas

planos de expansão e que não receberam ações em retribuição pelos investimentos financeiros, no município de Mogi das Cruzes com valor total envolvido de aproximadamente R\$173.961. Esse processo foi considerado como de risco de perda possível pelos assessores jurídicos. O TJSP reformou a sentença, julgando a ação improcedente. A Associação para telefonia do município de Mogi das Cruzes (parte autora) interpôs recurso especial para reformar a decisão do TJSP e está aguardando julgamento do recurso.

b) Ação Coletiva movida pela Associação dos Participantes da Sistel no Estado de São Paulo - Ação em que os participantes associados da Sistel no Estado de São Paulo questionam as mudanças realizadas no plano de assistência médica dos aposentados da companhia (PAMA). O processo está em seu início, pelo que não há decisão judicial terminativa. A Administração da Sociedade, baseada na opinião de seus assessores legais, considera esta ação como sendo de risco possível, sendo o valor inestimável. Considerando o grau de risco, não foi constituída provisão.

c) Ação Civil Pública proposta pela ASTEL – Associação dos Participantes da SISTEL no Estado de São Paulo contra SISTEL, a Companhia e outros, visando a anulação da cisão de plano previdenciário PBS em 2000 que originou plano específico PBS-Telesp, e correspondentes alocações de recursos provenientes de superávit técnico e contingência fiscal existentes à época da cisão. O risco atribuído a esse processo pelos assessores legais é possível. O valor é inestimável e depende de perícia, tendo em vista que envolve acervo cindido da SISTEL relativo às operadoras de telecomunicações do antigo Sistema Telebrás.

d) O Ministério Público do Estado de São Paulo ajuizou uma ação civil pública reivindicando indenização por danos morais e materiais sofridos por todos os consumidores dos serviços de telecomunicações de 2004 a 2009 devido à má qualidade de serviços e falhas do sistema de comunicações. A proposta de condenação formulada pelo Ministério Público foi de R\$1 bilhão. A sentença proferida em 20 de abril de 2010 impõe o pagamento de indenizações pelos danos causados a todos os consumidores que se habilitarem na ação ao seu recebimento. Alternativamente, caso não se apresentem consumidores em número compatível com a gravidade do dano, após decorrido o prazo de 1 (um) ano, foi fixado pelo juiz o valor de R\$ 60 milhões, para fins de depósito no Fundo Especial de Despesa de Reparação de Interesses Difusos Lesados. Não é possível estimar quantos consumidores poderão se apresentar na habilitação individual, nem tampouco os valores por estes reclamados. As partes apresentaram recurso de apelação. Os efeitos da sentença estão suspensos. Não foi atribuído valor ao grau de risco de perda possível referente à esta ação civil pública no quadro acima, pois neste momento, na hipótese de perda, não há como estimar o prejuízo para a Companhia e, de igual maneira, não há como se atribuir um contingenciamento equivalente ao valor da causa.

e) A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais cíveis, em diversas esferas, de natureza relevante que têm por objeto direitos relacionados a prestação dos serviços e são movidas por consumidores individuais, associações civis que representam os direitos dos consumidores ou pelo PROCON, bem como Ministérios Públicos Estadual e Federal; assim como, também, são parte em outras ações que têm por objeto discussões de naturezas diversas relacionadas ao curso normal do negócio em montante total de R\$293.560 análise do grau de risco de perda pelos assessores legais é possível.

Anatel

## Notas Explicativas

f) A Companhia mantém processos administrativos instaurados pela Anatel com fundamento em alegado descumprimento de obrigações estabelecidas na regulamentação setorial, bem como processos judiciais que discutem sanções aplicadas pela Agência na esfera administrativa, com avaliação de risco de perda possível no montante total de R\$739.936, sendo R\$739.118 referente à avaliação dos processos administrativos e R\$818 referente à avaliação dos processos judiciais.

Ressaltamos que houve um aumento no valor avaliado como risco possível em virtude da reavaliação dos processos, concluída em março, tendo em vista significativa alteração nas metodologias de aplicação de sanção utilizadas pela Anatel para apenamento das prestadoras.

## 18. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	Dez/2010	Mar/2011	Dez/2010
Retenções de terceiros	128.650	159.636	107.220	139.724
Valores a restituir a assinantes	59.609	55.888	58.504	54.666
Ônus do contrato de concessão (nota 1.c)	128.212	102.568	128.212	102.568
Receita diferida (b)	86.575	93.518	95.868	103.339
Arrendamento mercantil (c)	11.669	11.507	11.669	11.507
Dívidas com partes relacionadas (nota 26)	110.073	117.615	113.086	120.981
Outros credores	7.900	4.821	5.336	5.997
<b>Total circulante</b>	<b>532.688</b>	<b>545.553</b>	<b>519.895</b>	<b>538.782</b>
Valores a pagar – venda de frações de ações (a)	112.492	112.594	112.492	112.594
Receita diferida (b)	36.548	35.220	39.526	38.400
Arrendamento mercantil (c)	20.107	23.346	20.107	23.346
Dívidas com partes relacionadas (nota 26)	12.762	17.140	6.355	10.738
Outros credores	43.050	41.199	48.567	46.837
<b>Total não circulante</b>	<b>224.959</b>	<b>229.499</b>	<b>227.047</b>	<b>231.915</b>

(a) Valores provenientes do leilão de frações referente ao agrupamento de ações realizado em 2005 e processo de incorporação da TDBH no ano de 2006.

(b) Referem-se principalmente ao diferimento da receita de habilitação e aos cartões indutivos.

(c) A Companhia possui contratos de arrendamento mercantil financeiro para uso de equipamentos de informática.

	Mar/2011	Dez/2010
Pagamentos futuros brutos do arrendamento mercantil financeiro	37.870	42.194
Despesa financeira não realizada	(6.094)	(7.341)
Valor presente dos pagamentos mínimos a pagar	31.776	34.853
Circulante	11.669	11.507
Não circulante	20.107	23.346

### Cronograma de vencimentos:

Ano	Investimento bruto	Valor presente
A vencer até um ano	11.669	11.669
A vencer a mais de um ano e até cinco anos	26.201	20.107

## Notas Explicativas

Total	<u>37.870</u>	<u>31.776</u>
-------	---------------	---------------

Não existem valores residuais não garantidos que resultem em benefícios ao arrendador e nem pagamentos contingentes reconhecidos como receita durante o exercício.

### COMPROMISSOS E GARANTIAS

#### Aluguéis

A Companhia aluga equipamentos e instalações por meio de vários contratos operacionais que vencem em datas diferentes, sendo que os pagamentos dos aluguéis mensais são equivalentes ao período do contrato. O total de despesa de aluguel em 31 de março de 2011 é de R\$170.942 (R\$157.981 em 31 de março de 2010).

Os compromissos com aluguel referem-se principalmente a instalações onde os pagamentos mínimos futuros sob contratos não canceláveis com prazos superiores a um ano são os seguintes:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2011	16.725
2012	22.300
2013	18.418
2014	14.842
Total	<u>72.285</u>

#### Garantias

Em 31 de março de 2011, a Companhia possuía propriedades dadas como garantias em processos judiciais, onde o valor dos processos era de R\$ 17.095.

## 19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a. Capital Social

O capital social realizado em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é de R\$6.575.480. O capital subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal, assim distribuído:

	<u>Mar/2011</u>	<u>Dez/2010</u>
Capital total em ações		
Ordinárias	168.819.870	168.819.870
Preferenciais	<u>337.417.402</u>	<u>337.417.402</u>
Total	506.237.272	506.237.272
Ações em tesouraria		
Ordinárias	(210.579)	(210.579)
Preferenciais	<u>(185.213)</u>	<u>(185.213)</u>

## Notas Explicativas

Total	(395.792)	(395.792)
Ações em circulação		
Ordinárias	168.609.291	168.609.291
Preferenciais	337.232.189	337.232.189
Total	<u>505.841.480</u>	<u>505.841.480</u>
Valor Patrimonial por ação em circulação em R\$	<u>20,56</u>	<u>23,06</u>

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 700.000.000 (setecentos milhões) de ações, ordinárias ou preferenciais, sendo o Conselho de Administração o órgão competente para deliberar sobre o aumento e a conseqüente emissão de novas ações, dentro do limite do capital autorizado.

Não há obrigatoriedade, nos aumentos de capital, de se guardar proporção entre o número de ações de cada espécie, observando-se entretanto, que o número de ações preferenciais, sem direito a voto ou com voto restrito, não poderá ultrapassar 2/3 das ações emitidas.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso do capital, sem prêmio e no recebimento de dividendo 10% maior que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto no artigo 7.º do Estatuto Social da Companhia e no inciso II do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei nº 6.404/76.

### b. Reservas de Capital

#### Ágio na subscrição de ações

Essa reserva representa o excesso do valor na emissão ou capitalização, em relação ao valor básico da ação na data de emissão.

### c. Ações em tesouraria

Representam as ações da Companhia mantidas em tesouraria e que são provenientes do processo de incorporação da TDBH ocorrida no exercício de 2006, sendo uma parte relativa ao exercício do direito de retirada e outra correspondente ao leilão de frações realizado pela Companhia. O custo médio de aquisição foi de R\$44,77. Em 31 de março de 2011, o valor de mercado das ações registradas em tesouraria era de R\$15.112.

### d. Reservas de lucros

#### Reserva legal

Em conformidade ao parágrafo 1º do artigo 193 da Lei 6.404/76, a Companhia optou por deixar de constituir a reserva legal, uma vez que o saldo da mesma somado ao saldo das reservas de capital ultrapassou 30% do capital social.

### e. Reserva especial de ágio

Representa o benefício fiscal gerado pela incorporação da DABR que será capitalizado anualmente em favor do acionista controlador a medida da realização do crédito fiscal, nos termos da Instrução CVM 319/99.

**Notas Explicativas****f. Dividendos – Saldo remanescente do resultado lucros acumulados de 31 de dezembro de 2010**

Em 18 de março de 2011, a Assembléia Geral Ordinária aprovou a destinação do dividendo adicional proposto referente ao saldo remanescente do resultado de 2010 e dividendos e juros sobre capital próprio prescritos de 2010 no montante de R\$1.694.099 prevista na proposta de destinação de resultados aos acionistas detentores de ações ordinárias e preferenciais que se achavam inscritos nos registros da Companhia ao final do dia 18 de março de 2011.

**20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	Mar/2010	Mar/2011	Mar/2010
Receita operacional bruta	5.045.374	4.918.827	5.388.953	5.264.981
Tributos	(1.364.470)	(1.317.895)	(1.423.000)	(1.371.253)
Receita operacional líquida	<u>3.680.904</u>	<u>3.600.932</u>	<u>3.965.953</u>	<u>3.893.728</u>

**21. COMPOSIÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS**

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	Mar/2010	Mar/2011	Mar/2010
Depreciação e amortização	(475.654)	(398.045)	(538.509)	(444.372)
Pessoal	(274.210)	(214.780)	(282.369)	(228.350)
Interconexão e uso de rede	(1.120.225)	(1.061.326)	(1.206.121)	(1.142.349)
Serviços de terceiros	(967.037)	(829.076)	(1.106.207)	(958.890)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(73.834)	(86.603)	(84.962)	(114.742)
Tributos	(60.919)	(64.267)	(67.456)	(70.423)
Ônus do contrato de concessão (nota 1.c)	(25.643)	(25.046)	(25.643)	(25.046)
Outros gastos	(9.594)	(10.962)	(27.072)	(30.012)
Total	<u>(3.007.116)</u>	<u>(2.690.105)</u>	<u>(3.338.339)</u>	<u>(3.014.184)</u>
Custos	(2.170.133)	(1.953.033)	(2.393.765)	(2.166.066)
Comercialização dos serviços	(612.132)	(587.023)	(646.241)	(643.852)
Gerais e administrativas	(224.851)	(150.049)	(298.333)	(204.266)
Total	<u>(3.007.116)</u>	<u>(2.690.105)</u>	<u>(3.338.339)</u>	<u>(3.014.184)</u>

**22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS**

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	Mar/2010	Mar/2011	Mar/2010
Multas sobre serviços de telecomunicações	25.794	25.367	25.795	25.369
Aluguel de infra-estrutura	9.634	10.273	9.634	10.273
Doações e patrocínios	(8.066)	(10.763)	(8.066)	(10.838)
Provisões cíveis, líquidas	(21.718)	(28.029)	(22.973)	(28.985)
Resultado líquido na alienação/cessão de ativos	9.047	(11.421)	8.620	(15.513)

**Notas Explicativas**

Outras (despesa) receitas	30.364	(19.734)	8.690	(33.183)
Total	<u>45.055</u>	<u>(34.307)</u>	<u>21.700</u>	<u>(52.877)</u>
Outras receitas operacionais	118.919	76.353	118.101	77.514
Outras despesas operacionais	(73.864)	(110.660)	(96.401)	(130.391)
Total	<u>45.055</u>	<u>(34.307)</u>	<u>21.700</u>	<u>(52.877)</u>

**23. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS**

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	Mar/2010	Mar/2011	Mar/2010
Receitas financeiras	<u>96.382</u>	<u>85.330</u>	<u>123.483</u>	<u>101.642</u>
Receitas de aplicações financeiras	35.892	46.183	45.882	51.426
Ganho com operações de derivativos	1.474	5.172	1.474	5.172
Juros ativos	2.676	3.527	3.103	4.181
Variações monetárias/cambiais ativas	41.982	21.758	42.314	21.992
Outras receitas financeiras	14.358	8.690	30.710	18.871
Despesas financeiras	<u>(93.722)</u>	<u>(133.593)</u>	<u>(95.591)</u>	<u>(135.509)</u>
Juros passivos	(42.203)	(79.335)	(42.209)	(78.917)
Perdas com operações de derivativos	(23.656)	(5.125)	(23.656)	(5.125)
Variações monetárias/cambiais passivas	(14.412)	(4.771)	(15.262)	(4.816)
Outras despesas financeiras	(13.451)	(44.362)	(14.464)	(46.651)
Total	<u>2.660</u>	<u>(48.263)</u>	<u>27.892</u>	<u>(33.867)</u>

**24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A Companhia provisiona as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro mensalmente, obedecendo ao regime de competência, recolhendo os tributos por estimativa, com base em balancete de suspensão ou redução. As parcelas dos tributos calculadas sobre o lucro até o mês das demonstrações contábeis são registradas no passivo ou no ativo, conforme o caso.

**Conciliação da despesa tributária com a alíquota padrão**

O quadro a seguir é uma reconciliação da despesa tributária apresentada no resultado e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária nominal de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social sobre o lucro) em março de 2011 e de 2010.

	Controladora		Consolidado	
	Mar/2011	Mar/2010	Mar/2011	Mar/2010
Lucro antes de impostos	<u>671.892</u>	<u>789.490</u>	<u>677.968</u>	<u>797.309</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>				
Despesa referente ao imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(228.443)	(268.426)	(230.509)	(271.085)
Diferenças permanentes				
Equivalência patrimonial	(16.868)	(13.181)	259	1.533
Diferenças temporárias de subsidiárias	-	-	(18.489)	(19.154)
Despesas indedutíveis, brindes, incentivos e dividendos recebidos	(11.718)	(28.408)	(14.375)	(29.139)

## Notas Explicativas

Outros itens				
Incentivos (culturais, alimentação e transporte)	3.474	5.527	3.483	5.538
Total geral (IRPJ + CSLL)	(253.555)	(304.488)	(259.631)	(312.307)
Taxa efetiva	38%	38%	38%	39%
IRPJ e CSLL corrente	226.523	237.795	232.330	245.330
IRPJ e CSLL diferido	27.032	66.693	27.301	66.977
Total geral (IRPJ + CSLL)	253.555	304.488	259.631	312.307

As composições do ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias estão demonstradas na nota 7.2.

## 25. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação foi calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no exercício. Não foram realizadas operações que pudessem gerar a emissão de ações potenciais até a divulgação das demonstrações contábeis consolidadas, não havendo, portanto, ajustes de efeitos diluidores inerentes à potenciais emissões de ações.

O quadro a seguir apresenta o cálculo do lucro por ação para os períodos findos em 31 de Março de 2011 e de 2010:

	Mar/2011	Mar/2010
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas:	418.337	485.002
Ordinários	130.727	151.559
Preferenciais	287.610	333.443
Número de Ações:	505.841	505.841
Média ponderada das ações ordinárias em circulação durante o exercício	168.609	168.609
Média ponderada das ações preferenciais em circulação durante o exercício	337.232	337.232
Resultado básico e diluído por ação:		
Ações ordinárias	0,78	0,90
Ações preferenciais	0,85	0,99

## 26. TRANSAÇÕES E SALDOS COM EMPRESAS LIGADAS

Os principais saldos decorrentes de transações com partes relacionadas estão detalhados abaixo:

Empresa	Consolidado					
	Mar/2011					
	Ativo Circulante	Ativo não Circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante.	Receitas	Custos e Despesas
Telefónica Internacional	847	15.535	1.237.740	-	-	616
Telefónica Del Peru	17.660	826	47	2.916	301	17
Atento Brasil S. A.	7.308	66	112.516	338	6.314	180.476

**Notas Explicativas**

Empresa	Consolidado					
	Mar/2011					
	Ativo Circulante	Ativo não Circulante	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Receitas	Custos e Despesas
SP Telecomunicações Participações Ltda.	-	-	406.485	-	-	2.161
Telefónica S. A.	241	-	37.079	-	-	175
Terra Networks Brasil S. A.	8.491	61	1.034	-	3.330	1.007
Telefónica International Wholesale Services Brasil Ltda.	1.679	147	29.887	259	946	16.999
Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.	14.230	1.380	19.611	2.322	616	25.435
Telefónica International Wholesale Services	4.769	-	2.622	-	-	3.149
Colombia Telecomunicações	2.498	739	70	294	121	26
Grupo Vivo	355.983	447	387.814	-	171.828	647.891
Media Networks Latin	1.238	-	4.341	-	-	1.082
Telefônica Transportes e Logística Ltda.	12	-	279	142	-	-
Outras	11.272	775	12.067	84	6.181	6.692
<b>Total</b>	<b>426.228</b>	<b>19.976</b>	<b>2.251.592</b>	<b>6.355</b>	<b>189.637</b>	<b>885.726</b>

Contas a receber de serviços compreendem os valores a receber referentes aos serviços de telecomunicações, no qual destacamos as empresas Vivo S.A., e Terra Networks Brasil S.A., principalmente por chamadas de longa distância e com a Tiws Brasil Ltda. devido ao contrato de prestação de serviços de cessão de utilização de fibra óptica subterrânea.

Outros ativos no Ativo Circulante e no Não Circulante são compostos por créditos junto à Telefónica Internacional S.A., Telefónica del Peru, Terra Networks Brasil S.A., Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda., Telefónica Telecom Colombia, Atento Brasil S.A. e outras empresas do grupo, provenientes de serviços prestados, honorários de consultoria, despesas com salários e outros gastos pagos pela Companhia a serem reembolsados pelas respectivas empresas.

Fornecedores compreendem serviços prestados principalmente pela Atento Brasil S.A. sobre os serviços de administração e suporte de centros de atendimento, Vivo S.A. sobre os serviços de interconexão e serviços de tráfego (terminal móvel), Tiws Brasil Ltda. sobre fornecimento de infraestrutura de transmissão internacional para diversos circuitos de dados e serviço de tratamento dos sinais de TV e transmissão para satélite com Media Networks Latin. Destacamos também a prestação de serviços de gestão administrativa relacionadas às áreas: contábil, financeira, recursos humanos, patrimônio e informática a pagar à Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.

Outras Obrigações no Passivo Circulante e no Não Circulante são compostas principalmente de valores a pagar a título de gerência e assistência técnica para a Telefónica Internacional S.A., SP Telecomunicações Holding Ltda. e Telefónica S.A. e reembolsos a pagar para a Vivo S.A.

Receitas compreendem principalmente os faturamentos dos serviços como Speedy e longa distância nacional com a Vivo S.A., Terra Networks Brasil S.A. e Atento Brasil S.A. e receita de infra-estrutura de rede locada à Vivo S.A. e para a Atento Brasil S. A.

O saldo de custos e despesas referem-se principalmente a despesas de interconexão e serviços de tráfego (terminal móvel), prestados pela Vivo S.A., serviços de administração de centros de atendimento prestado pela Atento Brasil S.A.,

## Notas Explicativas

fornecimento de infra-estrutura de transmissão internacional pela Tiws Brasil Ltda., prestação de serviços mercadológicos pela Atento Brasil S.A. e comissões pagas às operadoras de telefonia móvel com a Vivo S.A., despesas de gerência e assistência técnica à Telefónica S.A. e prestação de serviços de gestão administrativa relacionadas às áreas: contábil, financeira, recursos humanos, patrimônio e informática a pagar à Telefônica Serviços Empresariais do Brasil Ltda.

### REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O montante de remuneração pago pela Companhia aos seus Conselheiros de Administração e Diretores Estatutários em 31 de março de 2011 foi de R\$3.316 (R\$3.261 em 31 de março de 2010). Destes montantes, R\$2.384 (R\$2.402 em 31 de março de 2010) correspondem a salários e benefícios e R\$932 (R\$859 em 31 de março de 2010) a bônus.

Para o trimestre findo em 31 de março de 2011, nossos Conselheiros e Diretores não receberam quaisquer benefícios de pensão, aposentadoria ou similares.

### 27. SEGUROS

A política da Companhia e suas controladas, bem como do Grupo Telefónica, inclui a manutenção de cobertura de seguros para todos os ativos e responsabilidades de valores relevantes de alto risco, de acordo com o julgamento da Administração, seguindo orientações do programa corporativo da Telefónica S.A.

Os ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Importância Segurada</u>
Riscos operacionais (com lucros cessantes)	R\$24.517.535
Responsabilidade civil facultativo – veículos	R\$1.000
Seguro Garantia Anatel	R\$16.879

### 28. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de benefícios pós-emprego, os quais estão consistentes com as informações divulgadas na nota 30 do último exercício social.

Com a apresentação das informações trimestrais consolidadas em IFRS, a Companhia registrou o superávit de planos de pensão e registrado no grupo de outros ativos (nota 8).

O passivo atuarial registrado pela Companhia em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é o seguinte:

<u>Plano</u>	<u>Mar/2011</u>	<u>Dez/2010</u>
CTB	21.312	20.818
PAMA	202.423	198.182

**Notas Explicativas**

Totais consolidados 223.735 219.000

**29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

A Companhia e suas controladas procederam a uma avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

O quadro abaixo apresenta a composição dos ativos e passivos financeiros consolidados em 31 de março de 2011.

	Valor Justo		Custo amortizado			Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Disponível para venda	Empréstimos e recebíveis	Investimentos mantidos até o vencimento	Nível 1 preço de mercado			
<b>Ativos Financeiros</b>								
<b><i>Circulante</i></b>								
Caixa e equivalentes a caixa (nota 4)	-	-	2.269.814	-	-	-	2.269.814	2.269.814
Operações com derivativos	239	-	-	-	-	239	239	239
<b><i>Não Circulante</i></b>								
Participações Societárias	-	49.247	-	-	49.247	-	49.247	49.247
Valores vinculados ao Tesouro Nacional (nota 8)	-	-	-	13.093	-	-	13.093	13.093
<b>Total de Ativos Financeiros</b>	<b>239</b>	<b>49.247</b>	<b>2.269.814</b>	<b>13.093</b>	<b>49.247</b>	<b>239</b>	<b>2.332.393</b>	<b>2.332.393</b>
	Mensurados ao valor justo por meio do resultado	Custo Amortizado	Coberturas	Nível 1 preço de mercado	Nível 2 estimativas baseadas em outros dados de mercado	Total Valor Contábil	Total Valor Justo	
<b>Passivos Financeiros</b>								
<b><i>Circulante</i></b>								
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	-	1.098.820	-	-	-	1.098.820	1.098.820	
Operações com derivativos	145	-	28.984	-	29.129	29.129	29.129	
<b><i>Não Circulante</i></b>								
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	-	1.300.661	-	-	-	1.300.661	1.300.661	
Operações com derivativos	-	-	15.336	-	15.336	15.336	15.336	
<b>Total de Passivos Financeiros</b>	<b>145</b>	<b>2.399.481</b>	<b>44.320</b>	<b>-</b>	<b>44.465</b>	<b>2.443.946</b>	<b>2.443.946</b>	

**Participações Societárias**

## Notas Explicativas

A Companhia possui participações societárias de forma direta e indireta, oriundas do processo de privatização. Tais investimentos, avaliados a valor de mercado, consideram a última cotação de 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

O quadro a seguir apresenta a composição das participações societárias a valor de mercado em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

	%	Mar/2011	Dez/2010
	Partic.	<u>          </u>	<u>          </u>
Zon Multimídia	0,52	13.858	12.226
Outros investimentos		35.389	30.483
Total		<u>          49.247          </u>	<u>          42.709          </u>

### Política de Gestão de Riscos

A Companhia está exposta a diversos riscos de mercado, como consequência da sua operação comercial, de dívidas contraídas para financiar seus negócios e instrumentos financeiros relacionados ao seu endividamento.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio da Companhia são:

#### a. Risco de Taxa de Câmbio

Há o risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas decorrentes de seu passivo de empréstimo em moeda estrangeira.

Em 31 de março de 2011, 28,9% (0,95% em 31 de dezembro de 2010) da dívida financeira era denominada em moeda estrangeira (dólar norte-americano). Esta mudança no perfil de dívida deveu-se à contratação de dívidas do tipo Lei 4.131, em dólares (US\$418.889), com vencimentos em 2.011. A Companhia contrata operações de derivativos (hedge cambial) junto a instituições financeiras para proteger-se da variação cambial decorrente da totalidade de seu endividamento financeiro em moeda estrangeira (R\$693.422 em 31 de março de 2011 e R\$17.304 em 31 de dezembro de 2010).

Desta forma, a totalidade deste endividamento (31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010) era coberta por posições ativas de operações de hedge cambial com swap para CDI.

Há também o risco cambial associado aos ativos e passivos não financeiros denominados em moeda estrangeira, que podem gerar um menor valor a receber ou um maior valor a pagar, de acordo com a variação cambial do período.

A partir do mês de maio de 2010 foram contratadas operações de cobertura para minimizar o risco associado à variação cambial de seus ativos e passivos não financeiros em moeda estrangeira. Este saldo sofre alterações diárias devido à dinâmica do negócio, no entanto a Companhia visa cobrir o saldo líquido destes direitos e obrigações (US\$5.527 a receber e €5.897 a receber em 31 de março de 2011) para minimizar seus riscos cambiais.

## Notas Explicativas

### b. Risco de Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros internas, que podem afetar negativamente as pontas passivas dos derivativos (*hedges* cambiais) contratados a taxas de juros flutuantes (CDI).

A dívida com o BNDES tem como indexador a TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo fixada trimestralmente pelo Conselho Monetário Nacional) que vem se mantendo em 6,0% a.a. desde julho de 2009.

A Companhia investe o excesso de disponibilidade de R\$2.262.373 (R\$1.547.785 em 31 de dezembro de 2010), principalmente em aplicações financeiras (Certificados de Depósitos Bancários) de curto prazo baseadas na variação do CDI, gerando desta forma uma exposição à taxa de juros variável local (CDI). Os valores contábeis desses instrumentos aproximam-se dos valores de mercado, em razão de serem resgatáveis a curto prazo.

### c. Risco de Aceleração de Dívidas

Em 31 de março de 2011, a Companhia possuía um único contrato de financiamento em vigor, com cláusulas restritivas (*covenants*) tradicionalmente aplicáveis a este tipo de operação, relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento e outros. Essas cláusulas restritivas, que poderiam antecipar as exigibilidades dos passivos, foram totalmente observadas pela Companhia e todos os índices econômicos e financeiros previstos no contrato vigente foram atingidos.

### d. Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. O risco de crédito com as contas a receber é diversificado. A Companhia monitora constantemente o nível de contas a receber e limita o risco de contas indébitas cortando o acesso à linha telefônica se a fatura está vencida há mais de trinta dias. São feitas exceções aos serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional.

Em 31 de março de 2011, a carteira de clientes da Companhia não apresentava registros de assinantes cujos recebíveis eram, individualmente, superiores a 1% do total de contas a receber de serviços.

A Companhia também está sujeita a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras, de cartas fiança recebidas como garantia de algumas operações e valores a receber de operações de derivativos. A Companhia atua controlando o limite de crédito concedido a cada contraparte e diversificando esta exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

## Derivativos

Todas as contratações de instrumentos financeiros derivativos na Companhia têm o objetivo de proteção de risco cambial decorrentes de ativos e passivos em moeda estrangeira, conforme política corporativa de gestão de riscos. Desta forma, eventuais

## Notas Explicativas

variações nos fatores de risco geram um efeito inverso na contrapartida que se propõem a proteger. Não há, portanto, instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação e os possíveis riscos cambiais estão protegidos (“*hedged*”).

A Companhia mantém controles internos com relação aos seus instrumentos derivativos que, na opinião da Administração, são adequados para controlar os riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado. Os resultados obtidos pela Companhia em relação a seus instrumentos financeiros derivativos demonstram que o gerenciamento dos riscos por parte da Administração vem sendo realizado de maneira apropriada.

A Companhia e suas controladas calculam a efetividade dos derivativos contratados para cobertura de seus passivos financeiros no início da operação e em bases contínuas (trimestralmente). Em 31 de março de 2011, os derivativos contratados apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Desde que estes contratos de derivativos sejam qualificados como contabilidade de hedge (“*hedge accounting*”), o risco coberto pode também ser ajustado a valor justo conforme as regras de hedge de valor justo.

### Valores justos dos instrumentos financeiros

O método de valoração utilizado para o cálculo do valor justo dos passivos financeiros (quando aplicável) e instrumentos derivativos foi o fluxo de caixa descontado considerando expectativas de liquidação ou realização de passivos e ativos às taxas de mercado vigentes na data do balanço.

Os valores justos são calculados projetando os fluxos futuros das operações, utilizando as curvas da BM&FBovespa e trazendo a valor presente utilizando as taxas de DI de mercado para swaps, divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores de mercado dos derivativos cambiais foram obtidos utilizando as taxas de câmbio de mercado vigentes na data do balanço e as taxas projetadas pelo mercado obtidas de curvas de Cupom da Moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas ao CDI foi adotada a convenção exponencial 252 dias úteis.

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados abaixo estão registrados na CETIP, sendo todos classificados como *swaps*, não requerendo depósitos de margem.

## Notas Explicativas

Contratos de Derivativos		Valor de referência (nocial)		Valor justo		Efeito acumulado em 2011	
		Mar 2011	Dez 2010	Mar 2011	Dez 2010	Valor a receber	Valor a pagar
Descrição	Indexador						
<b>Ponta Ativa</b>	<u>Moeda estrangeira (a)</u>	716.857	19.608	695.304	17.306	-	-
BES	USD	-	3.155	-	2.654	-	-
VOTORANTIM	USD	16.453	16.453	14.392	14.652	-	-
BRADESCO	USD	1.748	-	1.695	-	-	-
BRADESCO	EUR	186	-	185	-	-	-
SAFRA	USD	83.260	-	81.227	-	-	-
HSBC	USD	367.909	-	356.628	-	-	-
BNP PARIBAS	USD	230.000	-	224.268	-	-	-
BANCO DO BRASIL	USD	17.301	-	16.909	-	-	-
	<u>Taxa pós</u>	22.536	86.954	22.544	86.537	239	-
BRADESCO	CDI	8.665	-	8.679	-	239	-
Banco do Brasil	CDI	-	51.025	-	50.647	-	-
Citibank	CDI	-	22.047	-	22.048	-	-
Citibank	CDI	-	10.012	-	9.980	-	-
HSBC	CDI	-	3.870	-	3.862	-	-
ITAÚ	CDI	9.267	-	9.270	-	-	-
BNP PARIBAS	CDI	4.604	-	4.595	-	-	-
<b>Ponta Passiva</b>	<u>Taxa pós (a)</u>	(716.857)	(19.608)	(739.675)	(44.654)	-	(44.372)
BES	CDI	-	(3.155)	-	(7.185)	-	-
VOTORANTIM	CDI	(16.453)	(16.453)	(38.458)	(37.469)	-	(24.067)
BRADESCO	CDI	(1.934)	-	(1.932)	-	-	(51)
SAFRA	CDI	(83.260)	-	(83.438)	-	-	(2.211)
HSBC	CDI	(367.909)	-	(368.557)	-	-	(11.929)
BNP PARIBAS	CDI	(230.000)	-	(230.029)	-	-	(5.761)
BANCO DO BRASIL	CDI	(17.301)	-	(17.261)	-	-	(353)
	<u>Moeda estrangeira</u>	(22.536)	(86.954)	(22.400)	(87.068)	-	(93)
BRADESCO	USD	(8.665)	(51.025)	(8.441)	(51.125)	-	-
Citibank	EUR	-	(22.047)	-	(22.253)	-	-
Citibank	EUR	-	(10.012)	-	(9.814)	-	-
HSBC	USD	-	(3.870)	-	(3.876)	-	-
ITAÚ	EUR	(9.267)	-	(9.333)	-	-	(63)
BNP PARIBAS	EUR	(4.604)	-	(4.626)	-	-	(30)
Total reconhecido nas demonstrações						239	(44.465)

a) Swaps de moeda estrangeira (Euro e Dólar) x CDI (R\$695.304) – operações de swap contratadas com vencimentos variados até 2014, com o objetivo de proteger risco de variação cambial da operação de empréstimo em dólares americanos (valor de mercado da dívida financeira de R\$693.422)

b) Swap percentual do CDI x moeda estrangeira (Euro e Dólar) (R\$22.400 – operações de swaps contratadas com vencimentos até 30 de junho de 2011, com o objetivo de proteger contra riscos de variação cambial de valores a receber em Euro e em Dólar (valor contábil de R\$22.647).

Abaixo segue a distribuição de vencimentos dos contratos de swap em 31 de março de 2011:

**Notas Explicativas**

Contratos de derivativos	Vencimento em				Valor a pagar/receber 31/03/2011
	2011	2012	2013	2014 em diante	
<b>Moeda Estrangeira x CDI</b>	<b>(24.810)</b>	<b>(8.366)</b>	<b>(7.668)</b>	<b>(3.527)</b>	<b>(44.371)</b>
VOTORANTIM	(4.505)	(8.366)	(7.668)	(3.527)	(24.066)
BRADESCO	(51)	-	-	-	(51)
SAFRA	(2.211)	-	-	-	(2.211)
HSBC	(11.929)	-	-	-	(11.929)
BNP PARIBAS	(5.761)	-	-	-	(5.761)
BANCO DO BRASIL	(353)	-	-	-	(353)
<b>CDI X Moeda Estrangeira</b>	<b>146</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>146</b>
BRADESCO	239	-	-	-	239
ITAÚ	(63)	-	-	-	(63)
BNP PARIBAS	(30)	-	-	-	(30)

Para fins de preparação das demonstrações contábeis, a Companhia adotou a metodologia de contabilidade de hedge apenas para o seu swap de moeda estrangeira x CDI de cobertura de dívida financeira. Nessa sistemática, tanto o derivativo quanto o risco coberto são valorados pelo seu valor justo.

Para o período findo em 31 de março de 2011, as operações de derivativos geraram um resultado negativo consolidado de R\$22.182 (um resultado positivo de R\$47 em 31 de março de 2010), conforme nota 23. Em 31 de dezembro de 2010, as operações de derivativos geraram um resultado negativo consolidado de R\$2.179.

Em 31 de março de 2011 temos o saldo de R\$239 registrado no ativo e o saldo de R\$44.465 no passivo para reconhecer a posição de derivativos naquela data.

Análise de Sensibilidade às variáveis de risco da Companhia

A Deliberação CVM 604/09 estabelece que as companhias abertas, em complemento ao disposto na CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação (equivalente ao IFRS 7), devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período, incluídas todas as operações com instrumentos financeiros derivativos.

Em cumprimento ao disposto acima, cada uma das operações com instrumentos financeiros derivativos foi avaliada considerando um cenário de realização provável e dois cenários que possam gerar resultados adversos para a Companhia.

No cenário provável foi considerada a premissa de se manter, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável, não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros de derivativos já apresentados acima. Para os cenários II e III, considerou-se, conforme instrução da CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco.

## Notas Explicativas

Como a Companhia possui somente instrumentos derivativos para proteção de seus ativos e passivos em moeda estrangeira, as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, mostrando assim que os efeitos são praticamente nulos. Para estas operações, a Companhia divulgou o saldo do objeto protegido e do instrumento financeiro derivativo em linhas separadas do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia, em cada um dos três cenários mencionados, conforme demonstrado abaixo:

### Análise de Sensibilidade – Exposição Líquida

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Provável</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
Hedge (Ponta Ativa)	Derivativos (Risco aumento CDI)	695.304	872.202	1.050.370
Dívida em moeda estrangeira	Dívidas (Risco queda CDI)	(693.422)	(869.842)	(1.047.531)
	Exposição Líquida	1.882	2.360	2.839
Hedge (Ponta Passiva)	Derivativos (Risco queda CDI)	(22.400)	(28.027)	(33.665)
Ativos não Financeiros em moeda estrangeira	Ativos (Risco aumento CDI)	22.647	28.309	33.971
	Exposição Líquida	247	282	306
Hedge (Ponta Passiva CDI)	Derivativos (Risco Aumento CDI)	(717.130)	(722.040)	(726.721)
	Exposição Líquida	(717.130)	(722.040)	(726.721)
Exposição líquida total em cada cenário		(715.001)	(719.398)	(723.576)
Efeito líquido na variação do valor justo atual		-	(4.397)	(8.575)

### Premissas para a Análise de Sensibilidade

<u>Variável de Risco</u>	<u>Provável</u>	<u>Deterioração 25%</u>	<u>Deterioração 50%</u>
USD	1,6287	2,0359	2,4431
EUR	2,3139	2,8924	3,4708
CDI	11,66%	14,58%	17,49%

Para cálculo da exposição líquida da análise de sensibilidade, todos os derivativos foram considerados a valor de mercado e apenas os elementos protegidos designados sob a metodologia de contabilidade de *hedge* também foram considerados pelo seu valor justo.

Os valores justos, demonstrados no quadro acima, partem de uma posição da carteira em 31 de março de 2011, porém não refletem uma previsão de realização devido ao dinamismo do mercado, constantemente monitorado pela Companhia. A utilização de diferentes premissas pode afetar significativamente as estimativas.

## 30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2011 foi aprovada a operação de substituição e incorporação de ações de 100% do capital total da Vivo

## Notas Explicativas

Participações S.A., de acordo com a reestruturação societária mencionada no Fato Relevante datado de 27 de dezembro de 2010 e nos termos do Protocolo de Incorporação datado de 25 de março de 2011. A sociedade adquirida, Vivo Participações S.A. é uma companhia aberta listada na Comissão de Valores Mobiliários do Brasil (CVM) e na Securities and Exchange Commission (SEC), cujo controlador também é a Telefónica S.A. A Sociedade adquiriu a Vivo Participações S.A. com o intuito de unificar a base acionária das companhias, racionalizar a estrutura de custos e auxiliar na integração dos negócios e na geração de sinergias daí decorrentes.

Em função desta reestruturação ter sido aprovada recentemente no dia 27 de abril de 2011, a Sociedade encontra-se em processo de avaliação dos efeitos contábeis decorrentes da referida Reestruturação e assim que concluída, será informada oportunamente ao mercado.

De acordo com o item 4.2. do Protocolo de Incorporação os acionistas da Vivo Participações S.A receberam, em substituição às ações por eles atualmente detidas na Vivo Participações S.A., novas ações de emissão da Sociedade, da mesma espécie das que detêm no capital da Vivo Participações S.A., cuja relação de substituição das ações aprovada foi que para cada ação ordinária e preferencial da Vivo Participações S.A. foram emitidas 1,55 novas ações da mesma espécie pela Sociedade. Dessa forma a Sociedade emitiu 619.364.658 ações (212.767.241 ações ordinárias e 406.597.417 ações preferenciais) como forma de pagamento pelos 100% da participação na Vivo Participações S.A. O valor justo das ações emitidas no montante total de R\$31.222.630 foi calculado com base no valor econômico da Vivo Participações S.A. em 31 de dezembro de 2010.

Os custos estimados da transação totalizam R\$10.000, dos quais R\$3.140 foram lançados no resultado e incluídos dentro de outras despesas operacionais.

A seguir é apresentada, apenas com propósitos ilustrativos, uma demonstração de resultado combinada não auditada e nem revisada entre a Sociedade e a adquirida, Vivo Participações S.A., caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2011. Cabe ressaltar que essa demonstração de resultado combinada não contempla os efeitos contábeis da alocação do preço de compra da adquirida, em virtude do pequeno prazo transcorrido desde a aprovação da transação até a divulgação destas informações trimestrais. Esta demonstração não pretende representar os resultados reais das operações da Sociedade caso a Reestruturação tivesse ocorrido na data especificada, nem deve ser utilizada para projetar resultados das operações da Sociedade de qualquer data ou período futuro. O resultado combinado das operações da Sociedade para o trimestre findo em 31 de março de 2011 não é necessariamente indicativo do resultado operacional que pode ser esperado para todo exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011.

### Para o período de três meses findo em 31 de março de 2011

	Telesp	Não auditado e nem revisada		
		Vivo	Eliminação (b)	Combinado
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	3.965.953	4.812.330	(819.719)	7.958.564
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas (a)	(2.393.765)	(2.217.733)	783.174	(3.828.324)

**Notas Explicativas**

<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>1.572.188</b>	<b>2.594.597</b>	<b>(36.545)</b>	<b>4.130.240</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(922.112)</b>	<b>(1.489.121)</b>	<b>36.545</b>	<b>(2.374.688)</b>
Comercialização dos serviços (a)	(646.241)	(1.161.405)	36.545	(1.771.101)
Despesas gerais e administrativas (a)	(298.333)	(329.189)	-	(627.522)
Resultado de equivalência patrimonial	762	-	-	762
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	21.700	1.473	-	23.173
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>650.076</b>	<b>1.105.476</b>	<b>-</b>	<b>1.755.552</b>
Resultado financeiro líquido	27.892	(39.794)	-	(11.902)
<b>LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>677.968</b>	<b>1.065.682</b>	<b>-</b>	<b>1.743.650</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(259.631)	(355.476)	-	(615.107)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>418.337</b>	<b>710.206</b>	<b>-</b>	<b>1.128.543</b>

- (a) Inclui despesa de depreciação e amortização no montante total de R\$1.084.368.  
(b) Inclui principalmente receitas e custos com interconexão.

\*\*\*\*\*  
Milton Shigueo Takarada  
Contador  
CRC - 1SP138816/O-8  
\*\*\*\*\*

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
Telecomunicações de São Paulo S.A. - TELESP  
São Paulo - SP

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Telecomunicações de São Paulo S.A. – TELESP e empresas controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

#### Outros assuntos

##### Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 10 de maio de 2011

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Alexandre Hoepfers  
Contador CRC - SC021011/O-3-T-PR-S-SP